

Resolução nº 36/2016

de 17 de março

As áreas protegidas para além de oferecerem uma gama de bens e serviços ecológicos, preservando ao mesmo tempo o património natural e cultural, podem contribuir para a redução da pobreza, proporcionando oportunidades de emprego e atividades alternativas geradoras de rendimentos para as pessoas que vivem dentro e ao redor delas.

Os Planos de Negócios, também conhecidos como “Business Plans”, são ferramentas de gestão utilizadas em todos os setores da economia, e tem por objetivo demonstrar a eficácia de uma determinada atividade a longo prazo. No mundo da economia clássica, os banqueiros decidem ou não financiar um projeto ou uma empresa através da análise detalhada dos pontos fortes e fracos do Plano de Negócios.

Desta forma, pretendem assegurar-se da viabilidade financeira da iniciativa bem como da qualidade da estratégia proposta.

Aplicados às áreas protegidas ou redes de áreas protegidas, os Planos de Negócios são complementos aos Planos de Ordenamento e Gestão que permitem maximizar os resultados ambientais num contexto financeiro limitado, geralmente muito centrado no curto prazo.

Especificamente, o Plano de Negócios deve ajudar a perspetivar num período de 5 a 10 anos, as despesas anuais previstas (investimento, pessoal, funcionamento, custos adicionais para realizar as atividades) e as receitas esperadas (autofinanciamento, financiamento público do orçamento do Estado, doadores bilaterais e multilaterais, outros mecanismos de financiamento). Permite desta forma desenvolver uma estratégia abrangente com vista à implementação dos objetivos de gestão estabelecidos nos Planos de Ordenamento e Gestão e modular a atividade das áreas protegidas em função dos recursos disponíveis ou dar início a medidas proativas para cobrar os fundos perdidos. A planificação financeira a longo prazo fornece aos gestores de áreas protegidas, indicadores que podem, para maximizar a utilização dos seus recursos naturais e tornar a conservação mais eficiente, eficaz e efetivo.

A presente Estratégia enquadra-se nessa linha de preocupação e nela identificam-se 11 Ações Estratégicas de intervenção, que são fundamentais para a garantia do bom funcionamento da Rede Nacional das Áreas Protegidas (RNAP), numa perspetiva da sustentabilidade da gestão dos recursos, sejam eles de natureza ecológica, económica ou sociocultural.

Assim,

Ao abrigo do artigo 24.º do Decreto-lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 44/2006, de 28 de agosto; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Aprovação

É aprovada a Estratégia Nacional de Negócios das Áreas Protegidas de Cabo Verde que baixa em anexo à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Objetivos

Constituem objetivos da Estratégia Nacional de Negócios das Áreas Protegidas de Cabo Verde, designadamente:

- a) Permitir a maximização dos resultados ambientais num contexto financeiro limitado, geralmente muito centrado no curto prazo;
- b) Ajudar a perspetivar, num período de 5 a 10 anos, as despesas e receitas anuais;
- c) Permitir o desenvolvimento de uma estratégia abrangente, com vista à implementação dos objetivos de gestão estabelecidos nos Planos de Ordenamento e Gestão; e
- d) Modular a atividade das áreas protegidas em função dos recursos disponíveis.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros de 11 de dezembro de 2015.

O Primeiro-ministro, *José Maria Pereira Neves*.

ESTRATÉGIA E PLANO NACIONAL DE NEGÓCIOS DAS ÁREAS PROTEGIDAS**Introdução**

A implementação do Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) exige, entre outras obrigações, o desenvolvimento de uma estratégia e um plano para a sustentabilidade financeira, a longo prazo, do Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Cabo Verde. Este plano estratégico representa um passo fundamental para a consolidação do sistema nacional de áreas protegidas, que é o objecto de um projecto financiado pelo GEF/PNUD e GOV-CV e representa um esforço notável realizado desde 2010 pela Direcção-Geral do Ambiente (DGA).

Este relatório é o resultado de uma consultoria, que foi realizada em duas fases, entre Abril e Maio de 2012 e, Fevereiro e Março de 2013, a fim de completar *in loco* as avaliações e análises orçamentais. O objectivo deste trabalho foi o de estabelecer os elementos de uma estratégia de sustentabilidade financeira e delinear um plano de negócios para o sistema nacional de áreas protegidas. Este relatório concentra-se principalmente sobre as componentes de uma estratégia para o financiamento da conservação da biodiversidade em todo o arquipélago de Cabo Verde, abrangendo todas as áreas protegidas, considerando todas as fontes potenciais de financiamento, envolvendo todas as partes interessadas e a mitigação de riscos (dependência dos doadores) que possam ser contraproducentes para a sustentabilidade, a longo prazo, da Rede de Áreas Protegidas de Cabo Verde.

A estratégia delineada não só irá enfatizar os valores naturais, como também, a combinação entre os valores humanos e culturais exclusivos deste arquipélago. Desta forma, a “oferta” de recursos naturais, a diversidade biológica e os serviços ecológicos serão enquadrados num contexto único de desenvolvimento humano e adaptação às alterações climáticas, que agregará significativo valor económico aos ativos do capital natural e humano de Cabo Verde. A estratégia de sustentabilidade das áreas protegidas vai capitalizar este valor agregado e desenvolver uma estrutura de marketing utilizando de uma forma sustentável o capital natural e cultural, incluído na propriedade de área protegida de Cabo Verde.

Finalmente, a estratégia de sustentabilidade descrita neste relatório começa com a premissa de que a conservação da biodiversidade não pode ser tratada apenas como um “empreendimento” (onde há custos associados à rendas e deslocações e deve haver lucro), mas em vez disso, será considerada como parte da responsabilidade social para as futuras gerações. Naturalmente, esta abordagem não impede a otimização de todo o valor económico derivado da exploração sustentável dos recursos e ecossistemas naturais do país, para: a) os benefícios económicos tangíveis que podem produzir, b) as oportunidades de negócio e emprego que eles podem gerar e c) os serviços ecossistémicos essenciais oferecidos pelas áreas protegidas no apoio ao desenvolvimento sustentável do país.

Geografia e Valores naturais do Arquipélago de Cabo Verde

Cabo Verde é um país arquipelágico de dez ilhas e oito ilhéus localizado a cerca de 450 km a oeste da costa Africana (ao largo do Senegal) e geograficamente faz parte da região da Macaronésia, que inclui também as ilhas vulcânicas dos Açores, Canárias e Madeira, no oceano Atlântico, ao largo da costa de Marrocos.



Mapa n.º 1: Arquipélago de Cabo Verde

Este arquipélago está dividido em relação aos ventos dominantes no norte (barlavento) de Santo Antão (754 km²), São Vicente (228 km²), Santa Luzia (34 km²), São Nicolau (342 km²), Sal (215 km²) e Boa Vista (622 km²) e a cadeia sul das Ilhas de Sotavento, de Maio (267 km²), Santiago (992 km²), Fogo (477 km²) e Brava (65 km²). As ilhas são de origem vulcânica e principalmente montanhosa, exceto as ilhas do leste: Sal, Boa Vista e Maio, que são muito planas, com dunas de areia e praias dominando a paisagem.

A topografia irregular das ilhas mais montanhosas prevê uma variedade de habitats e microclimas, apesar

dos solos pobres e chuvas muito limitadas (a precipitação média anual é de 265 mm) e fazem do arquipélago parte do cinturão árido *do Sahel*. A ilha do Fogo contém um vulcão activo que também é o pico mais alto do arquipélago com 2.882 m de altitude, enquanto algumas das mais incríveis vinhas crescem nas suas encostas sobre as cinzas vulcânicas. As ilhas de Santo Antão e São Vicente, em apenas alguns meses de nevoeiro, são mais húmidos do que algumas das outras ilhas e mostram exemplos extraordinários de adaptações humanas aos climas áridos e terreno acidentado.

Os sistemas de produção sustentáveis em terraços e o uso eficiente da escassa água da chuva caracterizam os vales espetaculares de Ribeira Grande e Ribeira da Torre (Santo Antão). A origem vulcânica do arquipélago resultou no isolamento físico do continente africano durante pelo menos 35 milhões de anos. O isolamento e um clima seco levaram à evolução de uma flora e fauna únicas, enquanto espécies locais se adaptaram gradualmente às condições edafoclimáticas variadas, resultando em altos níveis de endemismo em todo o arquipélago.

O isolamento de Cabo Verde resultou no aparecimento de espécies endémicas nas ilhas, principalmente, aves e répteis, muitas das quais estão sendo ameaçadas pelo desenvolvimento humano. As aves endémicas incluem a Andorinha (*Apus alexandri*), Garça-vermelha (*Ardea purpurea bournei*), a Calhandra do Ilheu Raso (*Alauda razae*), a Tchota - de - Cana (*Acrocephalus brevipennis*), e o Pardal da Terra (*Passer iagoensis*)¹. As ilhas são também uma importante área de reprodução de aves marinhas, incluindo a Perdilhão de Cabo Verde e répteis endémicos, como a Lagartixa Gigante de Cabo Verde (*Tarentola gigas*).

A extraordinária biodiversidade de Cabo Verde levou recentemente à sua reconsideração como um ambiente global para a biodiversidade terrestre e marinha e, em particular, como um centro de endemismo. Os habitats terrestres exclusivos do país fazem parte do reino das florestas da Macaronésia, que é uma das 200 Eco-Regiões Globais Mundiais. A biodiversidade marinha e o endemismo entre certos organismos marinhos também são elevados. Um estudo global, recente, identificou Cabo Verde como um dos dez melhores *hotspots* de recifes de coral da biodiversidade do mundo. Além disso, todas as ilhas do arquipélago de Cabo Verde são consideradas uma importante Área de Aves Endémicas (AAE¹).

Sistema Nacional de Áreas Protegidas de Cabo Verde

Na última década, e, em parte, com a ajuda de dois projetos do GEF (Fundo para o Ambiente Global) e de outros donativos patrocinado pela cooperação técnica, o país tem feito progressos muito significativos no sentido da criação de um Sistema de Áreas Protegidas, onde pouco existia anteriormente. A Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Acção (1999) definiu habitats prioritários para a conservação em Cabo Verde, habitats representativos do valor da biodiversidade do país. Este exercício de definição de prioridades serviu de base para o estabelecimento legal da Rede Nacional de AP em 2003, contando com 47 sítios dos quais abrangem tanto as áreas protegidas terrestres (AP) como as áreas protegidas costeiras/marinhas (AMP).

¹Área de aves endémicas. BirdLife.org

Ilha	Designação	Sigla	Nome da AP /AMP	Superfície terrestre (Ha)	Paisagem Marinha(Ha)	TOTAL (Ha)
Boavista	Paisagem Protegida	PP	Monte Caçador e Pico Forcado	3.357	-	3.357
	Reserva Natural Integral	RNI	Ilhéu de Baluarte	7,65	87,0	94,65
	Reserva Natural Integral	RNI	Ilhéu dos Pássaros	0,82	38,0	38,82
	Reserva Natural Integral	RNI	Ilhéu de Curral Velho	0,77	41,0	41,77
	Reserva Natural	RN	Ponta do Sol	465	283	748
	Reserva Natural	RN	Boa Esperança	3.631,0	379,0	4.010
	Reserva Natural	RN	Morro de Areia	2131	436	2.567,0
	Reserva Natural	RN	Tartaruga	1.439,0	13.436,0	14.875,0
	Parque Natural	PN	PN do Norte	8.910	13.137	22.047,0
	Monumento Natural	MN	Ilhéu de Sal-Rei	89,0	-	89,0
	Monumento Natural	MN	Monte Santo António	459	-	459
	Monumento Natural	MN	Monte Estancia	739,0	-	739,0
	Paisagem Protegida	PP	Curral Velho	1.635	-	1.635
	Monumento Natural	MN	Rocha Estancia	253	-	253
Maio	Reserva Natural	RN	Casas Velhas	128,84	6.494,97	6.623,80
	Reserva Natural	RN	Terras Salgadas	2.022,60	3.822,80	5.845,40
	Reserva Natural	RN	Lagoa Cimidor	51,10	338,24	389,34
	Reserva Natural	RN	Praia do Morro	101,15	564,83	665,98
	Parque Natural	PN	Barreiro e Figueira	1.078,19	-	1.078,19
	Paisagem Protegida	PP	Salinas de Porto Inglês	400,56	134,10	534,67
	Paisagem Protegida	PP	Monte Penoso e Monte Branco	1.117,22	-	1.117,22
Ilha de Santa Luzia Ilheu Branco Ilheu Raso	Reserva Natural Integral	RN	Santa Luzia	3.420	46.940	51.214
			Ilhéus Branco	278,00		
			ilhéu Raso	576,00		
Ilha de Santiago	Parque Natural	PN	Serra Malagueta	774,0	-	774,0
	Parque Natural	PN	Serra do Pico de Antónia	ND	-	-
Ilha de Santo Antão	Parque Natural	PN	Moroços	818,1	-	818,1
	Paisagem Protegida	PP	Pombas	311,9	-	311,9
	Parque Natural	PN	Tope de Coroa	8.491,60	-	8.491,6
	Parque Natural	PN	Cova/Paúl/R ^a Torre	2.091,50	-	2.091,5
	Reserva Natural	RN	Cruzinha	1.117,80	-	1.117,80
Ilha de São Vicente	Parque Natural	PN	Monte Verde	311,90	-	311,9
Ilha de São Nicolau	Reserva Natural	RN	Monte do Alto das Cabaças	1.325,0	-	1.325,0
	Parque Natural	PN	Monte Gordo	952	-	952
Ilha do Fogo	Parque Natural	PN	Fogo	8.468,50	-	8.468,50
Ilha do Sal	Paisagem Protegida	PP	Salinas Pedra Lume e Cagarral	802	-	802
	Reserva Natural	RN	Costa da Fragata	346	2.347	2693
	Reserva Natural	RN	Ponta do Sino	96	5.651	5747
	Reserva Natural	RN	Rabo de Junco	154,0	-	154,0
	Reserva Natural	RN	Serra Negra	331	2.296	2627
	Monumento Natural	MN	Morrinho de Açúcar	5	-	5
	Monumento Natural	MN	Morrinho do Filho	12	-	12
	Paisagem Protegida	PP	Monte Grande	1.309	-	1.309
	Paisagem Protegida	PP	Salinas de Santa Maria	69	-	69
	Reserva Natural	RN	Baía da Murdeira	182	5.925	6.057
	Paisagem Protegida	PP	Buracona-Ragona	545,00	-	545,00
	Ilhéus de Rombo	Reserva Natural Integral	RN	lhéus do Rombo	-	-
TOTAL				61.695,40	102.350,94	164.046,34.

Tabela nº 1: Visão geral das AP e AMP de Cabo Verde

A área total protegida designada por lei inclui 164.046,34 ha de paisagem (marinha, terrestre e costeira), sendo 61.695,40 ha de superfície terrestre/costeiro (o que representa 15,29% da superfície terrestre do país) e 102.350,94 ha de superfície marinha (o que representa 4,38% da superfície do mar territorial).

De acordo com o Decreto-Lei nº 3/2003, seis categorias estão previstas no sistema de AP de Cabo Verde: (a) Reserva Natural (21 sítios), (b) Parque Nacional (nenhum local ainda oficialmente publicado) (iii) Parque Natural (10 locais) (c) Monumento Natural (6 sítios), (d) Paisagem Protegida (10 sítios), e (f) Área de Interesse Científico (sem sítios ainda oficialmente declarados). A primeira categoria pode ser subdividida em três sub-categorias: (i) Reserva Natural Integral (6 sítios), (ii) Reserva Natural Parcial, e (iii) Reserva Natural Temporal (dos quais os dois últimos não têm sítios ainda declarados). Parques Naturais e Reservas Naturais são as categorias predominantes, cobrindo pelo menos 75% da área da rede global AP (ver Tabela 2 para uma visão geral).

A lei não estabelece a correspondência entre as categorias AP da IUCN e as AP nacionais e, esta é uma lacuna na legislação. Actualmente, Cabo Verde tem quatro sítios designados como Zonas Húmidas de Importância Internacional pela *Convenção Ramsar*: Curral Velho, Lagoa de Pedra Badejo, Lagoa de Rabil e Salinas do Porto Inglês. Destes, apenas o primeiro tem uma categoria nacional correspondente, a Paisagem Protegida de Curral Velho na ilha da Boavista. Existe o potencial para o estabelecimento de outros locais como sítio *Ramsar*, mas isso exigiria um envolvimento mais activo na implementação da Convenção. Além dos sítios *Ramsar*, nenhuma outra categoria internacional da AP é reconhecida em Cabo Verde. Desde 2005 tem havido vários esforços para iniciar o *Programa Homem e Biosfera*, em Cabo Verde, mas até agora estes esforços têm sido ineficazes e já foi declarada a inexistência da reserva da biosfera no arquipélago, apesar das inúmeras possibilidades e benefícios.

Categorias nacionais de AP dentro de cada bioma	Número de sítios	Área de Superfície Terrestre (ha)	Área Marítima (ha)	Rede de AP/ AMP (%)	Observações
Locais exclusivamente terrestres	27	37.176,91		22.67	Os maiores sítios estão nas ilhas do Fogo, Santo Antão e Boavista. Dois parques terrestres, em São Nicolau e Santiago, foram postos em funcionamento numa primeira fase do projecto de biodiversidade do PNUD/ GEF. Os locais estão bem distribuídos entre as ilhas de Cabo Verde e são representativos dos ecossistemas terrestres do país.
Paisagens Protegidas	9	10.037,3	-	6.12	
Reservas Naturais	3	2.596,8	-	1.58	
Parques Naturais	9	22.985,79*	-	14.02	
Monumentos Naturais	6	1.557	-	0.95	
Zonas costeiras e marinhas (AMPs)	20	24.468,49	102.350,94	77.33	
Paisagem Protegida	1	400,56	134,10	0.33	
Reservas Naturais	18	15.157,93	89.079,84	63.56	
Parques Naturais	1	8.910	13.137	13.44	
Monumentos Naturais	0	0	0	0	
Reserva Natural Integral	6	4.959	0	7%	abrigam a grande maioria das áreas marinhas protegidas do país: Boavista, Sal e Maio. Os sítios também incluem a ilha desabitada de Santa Luzia e os ilhéus de Branco, Raso e Rombo.

Tabela 2: Resumo da Estrutura da Rede de AP / AMP de Cabo Verde por categoria. Dados actualizados a partir da Estratégia Nacional de Áreas Protegidas (2012)
*O PN de Serra do Pico de Antónia e Rui Vaz e a RN dos Ilhéus do Rombo ainda não foram delimitados.

Conforme apresentado na tabela 2, a rede nacional de AP de Cabo Verde pode ser dividida em: (1) um sub-grupo terrestre e (2) um sub-grupo costeiro /marinho, respeitante, ao bioma para a qual procuram fornecer protecção. O sub-grupo terrestre (não inclui a zona costeira) compreende 27 sítios que foram legalmente estabelecidos, em 2003, num total de 37.176,91 hectares. Oito das ilhas de Cabo Verde têm Áreas Protegidas Terrestres, sendo a maior na ilha de Santo Antão (Parque Natural de Tope da Coroa com 8.491,6 hectares)². De todas as APs terrestres, apenas três locais foram efetivamente operacionalizados até agora³. Estes são os Parques Naturais da Serra Malagueta na ilha de Santiago (774 hectares), Monte Gordo na ilha de São Nicolau (952 hectares) Fogo (8.468,5 hectares). A operacionalização desses sítios foi conseguida através do apoio de um projecto da biodiversidade do PNUD / GEF concluído no ano de 2009 e cooperação alemã. Juntos, os parques naturais da Serra Malagueta, Monte Gordo e Fogo, não representam mais de que 27,4% da área total

do sub-grupo terrestre das APs e apenas 6% da área total da terra e do mar que fazem parte do sistema de AP de Cabo Verde.

A maior parte das AP terrestres está localizada em áreas de grande altitude e desempenha um papel importante na condensação do nevoeiro, chuva e na protecção das bacias hidrográficas. Elas contêm uma vegetação nativa rica, incluindo um conjunto importante de plantas endémicas. Estes locais também acolhem espécies de aves e répteis importantes. No entanto, algumas dessas áreas têm sido geridas durante décadas como “perímetros florestais” e foram invadidas, em diferentes níveis, por espécies exóticas de plantas, algumas das quais são classificadas como espécies exóticas invasoras (EEI). Muitas áreas terrestres são de difícil acesso (apenas por trilhos difíceis) e geralmente são bem protegidas, mesmo sem a intervenção dos responsáveis pela gestão dessas áreas, enquanto outras sofrem uma pressão significativa de comunidades vizinhas.

Quanto ao sub-grupo costeiro e marítimo da rede AP (AMP), 27 sítios foram postos a concurso em 2003, compreendendo uma área total de 126.819,43 hectares de

²Em processo de aprovação e publicação no B.O.

³As AP contam com planos de gestão, infra-estruturas, recursos humanos, sistema de supervisão e algum seguimento ecológico.

terras costeiras e marinhas, respectivamente, 24.468,49 e 102.350,94 hectares. Nove destes locais, que compreendem mais do que a metade da área total das AMPs, estão localizados na ilha da Boavista. Os outros estão localizados nas ilhas do Maio e do Sal⁴. A ilha desabitada de Santa Luzia é uma AMP na sua totalidade, com 3.420 hectares (superfície costeira)⁵.

Com excepção de Santa Luzia, que conta com uma proposta de plano de gestão, em processo de aprovação pelo Governo, e restrições de acesso impostas pela Guarda Costeira, nenhuma outra AMP em Cabo Verde tem sido até agora efectivamente operacionalizada. A experiência na gestão da AMP é ainda mais incipiente do que a experiência de gestão de locais terrestres.

A utilização da área costeira é mais intensa na maioria das ilhas de Cabo Verde e, portanto, o estabelecimento de áreas marinhas protegidas, provavelmente, não estará livre de controvérsia. Além disso, porque o sector da pesca local ainda não enfrentou uma grave crise de escassez, o benefício das áreas marinhas protegidas como áreas de desova de peixes e mamíferos marinhos ainda não foi totalmente percebido, excepto entre os membros da comunidade científica.

Cabo Verde: um museu vivo da adaptação humana às mudanças climáticas

Além de ser um arquipélago extraordinário em termos de diversidade biológica, o endemismo e a adaptação das espécies a solos, climas extremos e relevo, a população de Cabo Verde, nas nove ilhas, também é um exemplo único de adaptação do ser humano às condições extremas de habitat e do clima. Desde a descoberta do arquipélago no século XV, a localização das ilhas ao longo das rotas de comércio de escravos e do centro das rotas de navegação Atlânticas, atraiu todos os tipos de interesses económicos e políticos e uma variedade de pessoas, comerciantes, empresas e aventureiros. Assim como comerciantes portugueses e mercadores de escravos construíram cidades portuárias fortificadas ao longo da costa, os escravos fujões e seus descendentes estabeleceram-se nos locais mais áspers, áridos e montanhosos do interior destas ilhas, construíram aldeias nas encostas mais íngremes, com recursos hídricos extremamente escassos, desenvolveram habilidades agrícolas incríveis e rapidamente aprenderam que a colaboração e tolerância da diversidade (étnica, cultural e religiosa) era fundamental para a sua sobrevivência, especialmente, durante os ciclos dramáticos e repetidos da seca e da fome.

Na época em que os colonizadores portugueses participavam no comércio e no tráfico de escravos, os comerciantes ingleses abasteciam navios a vapor ao longo das rotas de navegação transatlântica de cidades como Mindelo e produziam sal nas ilhas do Sal e da Boa Vista. O arquipélago também foi usado por comerciantes holandeses e mesmo famosos piratas do Caribe, também o usavam como refúgio após saques nas cidades costeiras do arquipélago e do Caribe.

Os valores da música local, arquitetura, linguagem e comunidade, refletem em grande medida a assimilação do que as diferentes culturas e as pessoas tinham de melhor para oferecer em termos de sobrevivência e subsistência. Hoje, Cabo Verde é uma mistura de culturas (*melting pot*) no meio do Atlântico, construída sobre a tolerância cultural, étnica, diversidade linguística e religiosas. Exemplos dessa característica única da identidade de Cabo Verde ainda podem ser encontrados nas tradicionais agriculturas de terraço, na extraordinária coleta de água da chuva e sistemas de irrigação gota-a-gota, especialmente nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santiago e Fogo. Mas, a linguagem e a música são, provavelmente, o melhor exemplo dessa mistura cultural e étnica, única, construído sobre a sobrevivência, a tolerância e o respeito pela diversidade e diferença.

Em resumo, o arquipélago é caracterizado por: (i) alto grau de endemismo por causa da origem recente das ilhas e isolamento no meio do Atlântico, (ii) a diversidade de ecossistemas, como resultado do relevo acidentado e das novas geologias das ilhas vulcânicas, (iii), a variação microclimática e climática, especialmente, extrema devido às mudanças de altitude e exposição ao vento e correntes oceânicas (criando oásis nos desertos, espetáculos incríveis debaixo de água e nas crateras vulcânicas), (iv) diversidade cultural caracterizada pela tolerância e integração, e (v) habilidades únicas de adaptação a ambientes e climas extremos, o que (a) faz das ilhas “exemplos vivos” de adaptação humana a ambientes extremos e mudanças climáticas dramáticas, e (b) fornece ao planeta, modelos de resiliência humana e capacidade de adaptação às mudanças climáticas, como resultado do aquecimento global.

Este extraordinário dom cultural ligado ao dom natural do arquipélago, ainda é visível em várias ilhas (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau e Fogo), o que justifica a implementação de uma estratégia de “conservação” integrada, que não só protege a diversidade biológica e o endemismo, mas também coloca um valor significativo e prioridade sobre: (a) a replicação dos sistemas de produção sustentáveis no mar e em terra; e (b) a preservação dos restantes exemplos vivos de adaptação humana a ambientes extremos e ciclos dramáticos de mudanças climáticas.

Economia de Cabo Verde

A economia é orientada para serviços, como comércio, transportes e serviços de contabilidade pública representando quase 70% do PIB nacional. Embora quase 35% da população vive em áreas rurais, a participação da agricultura no PIB em 2010 foi de apenas 9,2% (contra 8,9% em 1995), do total, e a pesca representando apenas, 1,5% em 1998. A agricultura de subsistência e a pesca ainda constituem os principais meios de sobrevivência nas zonas rurais de Cabo Verde com o ecoturismo e os serviços relacionados com o turismo (alojamento, alimentação e transporte) cada vez mais importantes nas ilhas de Boa Vista, São Vicente, Santo Antão e Fogo.

Na última década, o governo cabo-verdiano estabeleceu como prioridades de desenvolvimento (1) o crescimento e sofisticação do sector de serviços, a modernização do comércio e do sector comercial, o desenvolvimento e a diversificação da indústria do turismo, tudo dentro de uma estrutura

⁴Isso coincide com a importância que as ilhas têm no suporte à vida marinha e costeira

⁵A Reserva Natural de Santa Luzia possui, conjuntamente com os ilhéus Branco e Raso, uma superfície marinha de 46.940 ha

sustentável. Actualmente, o turismo nas mais diversas apresentações, o sector financeiro e de serviços, a produção de electricidade e as pescas, com o apoio de transportes modernos e eficiente, comunicações e instalações de energia, estão sendo promovidos como o principal suporte e guia para o desenvolvimento futuro do país.

Em 1994-1995, Cabo Verde recebeu um total de cerca de 50 milhões de dólares dos EUA em investimentos estrangeiros, dos quais 50% foram para a indústria, 19% para o turismo, e 31% para sector da pesca e serviços.

Em 2010, o Investimento Estrangeiro Directo (IED) bruto (entrada) foi de 111.853.200 milhões dólares em comparação com às 753.334 milhões de dólares americanos em 1992, um aumento extraordinário que em 2010 representou cerca de 6,78% do PIB de Cabo Verde. Os investimentos na indústria do turismo (grandes complexos turísticos, casas de férias e vivendas ilhas do Sal e Boa Vista) representam a grande fatia desses investimentos (que atingiu um pico de 211.318.800 milhões de dólares americanos, pouco antes da crise da bolha imobiliária⁶ ter atingido a Europa em 2008 -2009). Até certo ponto para sustentar esse crescimento, em parte, devido ao esforço conjunto de agências especializadas (Agência de Promoção de Investimentos de Cabo Verde, Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio) e dos poderes locais e em parte para tirar proveito dos empréstimos de baixos juros a partir de bancos de desenvolvimento como um LDC⁷, o Governo de Cabo Verde tem vindo a desenvolver um sistema de transporte moderno, aprimoramento dos portos e aeroportos e pavimentação de rodovias em territórios virgens, com grande potencial de desenvolvimento turístico, nas ilhas da Boa Vista, Sal, e Maio. São nestes “novos” territórios que têm surgido conflitos entre o desenvolvimento do turismo e os objectivos de conservação que ameaçam a viabilidade ecológica de algumas áreas protegidas em Boa Vista, Maio e Sal.

Turismo em Cabo Verde: o potencial e os desafios

Desde a década de noventa, data em que iniciou o turismo internacional em Cabo Verde, o crescimento das receitas do turismo tem sido muito extraordinário, tanto em termos absolutos como em relação à economia como um todo e, como percentual do PIB. Em Cabo Verde, as receitas do turismo constituem cerca de 1/5 da economia total e uma alta proporção do total das exportações⁸. O resultado deste crescimento nas receitas do turismo tem sido a transformação da economia cabo-verdiana⁹. O turismo é a primeira actividade económica significativa que ocorreu em Cabo Verde e que é tanto globalmente competitivo como também, reflecte algo que acontece em Cabo Verde, ao invés de apenas para Cabo Verde.

⁶Uma bolha é a situação em que ocorre um descolamento dos preços de um ativo (imóvel, ações, fundos imobiliários, tulipas) com relação aos seus fundamentos.

⁷Fundo Monetário Internacional, Anuário estatístico de Balança de Pagamentos e ficheiros de dados, 2010.

⁸Jonathan Mitchel, 2008. Desenvolvimento Turístico em Cabo Verde: O desafio da política de lidar com o sucesso; Instituto de desenvolvimento alémar, London

⁹Jorgen Carlin (2008). “Desafios da política que confronta Cabo Verde nas Áreas de Migração e Contribuições da Diáspora para o Desenvolvimento

O Banco de Cabo Verde calcula que, nos últimos oito anos (2000-2008), as despesas para com o turismo no país aumentou para uma taxa anual de 29%, o que representava, em 2008, uma contribuição de 19, 4% do PIB e 60, 8% de todas as receitas do sector de serviços. O Instituto Nacional de Estatística (INE, 2013) reporta que, durante o ano de 2012, os hotéis em Cabo Verde registaram 534.000 ocupações turísticas, o que corresponde a um aumento de 12,3% em relação ao ano de 2011 e um aumento de 17,9%, nas dormidas, com uma média de 9,1% de dormidas no país.

ANO	2008	2009	2010	2011	2012	Variação 2011-2012 (%)
Número de Hospedes	333,354	330,319	381,831	475,294	533,877	12,3
Número de Dormidas	1.827.196	2.021.752	2.342.282	2.827.562	3.334.275	17,9

Tabela nº 3: Visitantes turísticos anuais em Cabo Verde versus Dormidas. Fonte: INE, 2013.

As unidades hoteleiras de Cabo Verde também ofereceram um aumento significativo de acomodações. De acordo com o INE (2011), estas unidades hoteleiras ofereceram alojamentos de 7.900 quartos e 14.000 camas que cresceram 34,1% e 23,5%, respectivamente, nas estatísticas de 2010. As ilhas do Sal e Boa Vista detêm o maior número de unidades hoteleiras no país. Na verdade, a ilha de Sal contém 44,7% das unidades hoteleiras em geral, em comparação com Boa Vista, que contém 31,1 por cento. INE também relata que o emprego no sector da hotelaria e turismo teve um surpreendente aumento de 27,6% desde 2010.

Os turistas no arquipélago de Cabo Verde são principalmente atraídos pelos seus recursos naturais mais populares e abundantes: sol, mar e praias. Esta combinação de atrações, em sua maioria oferecido como pacotes de férias com “Tudo incluído”, vai ao encontro a um crescente mercado na Europa (especialmente as nações frias do norte, incluindo Grã-Bretanha, Irlanda, Escandinávia, como também a Alemanha, Áustria e Itália, entre outros). Os turistas de Inglaterra e Irlanda representam a maioria dos visitantes das ilhas do Sal e Boa Vista, e são atraídos pelas praias de areia branca, as temperaturas amenas e o brilho abundante do sol.

Os estabelecimentos turísticos de grande porte, (principalmente os grupos multinacionais da Europa como a TUI, Meliá, Decameron) que promovem o pacote de férias com “tudo-incluído” têm-se tornado em principais investidores estrangeiros em Cabo Verde dos últimos dez anos, através do desenvolvimento e funcionamento de *resorts* nas ilhas do Sal e da Boa Vista e, mais recentemente, na ilha do Maio. Estes estabelecimentos recebem mais de 70% de todos os visitantes que vem á procura de recursos de praia, sol mar destas duas ilhas¹⁰. Eles não só contribuem para o mercado de turismo em Cabo Verde atraindo o “turismo em massa”, mas também operam a sua própria frota de aviões, *resorts* e serviços associados (incluindo o transporte local e restaurantes no local). O impacto económico, social e cultural deste tipo de turismo é um tema de debate em Cabo Verde e no estrangeiro.

O segundo mais importante desenvolvimento a nível do turismo no arquipélago envolve a construção de casas de

¹⁰Informação concedida pela Sociedade de Desenvolvimento Turísticos das Ilha de Boa Vista e Maio, S.A.

férias de financiamento estrangeiro, vilas e complexos de apartamentos. Evidentemente, o “boom” na construção da casa de férias e complexos de apartamentos em Cabo Verde está directamente relacionado ao “boom imobiliário” e ao frenesi de crédito em toda a Europa, mas especialmente na Irlanda, Espanha, Portugal e outros países Europeus. Este sector e as fontes de investimento estrangeiro a ele associados sofreram significativamente nos últimos anos e não é incomum ver os canteiros de obras abandonados e sinais “vende-se” em casa de férias e condomínios recém-construídos. Embora este projecto tenha promovido e desenvolvido uma construção baseada em Cabo Verde e uma indústria de serviços e a sua sustentabilidade a longo prazo está sendo questionada à luz do “estouro” da bolha imobiliária e da posterior crise financeira na Europa e nos EUA.

Embora muitos *resorts*, complexos habitacionais e alojamentos turísticos estejam localizados próximos às áreas protegidas, poucos turistas parecem estar cientes da sua presença, da natureza dos recursos protegidos e seu valor ecológico. Na verdade, a falta de consciência, de comunicação e educação sobre a presença de espécies em vias de extinção, como as tartarugas nas praias e plantas endémicas em dunas de areia são um factor importante no impacto e danos produzidos nos ecossistemas frágeis por veículos *off-road*, motos e *quad-bikes* conduzidos por turistas pouco sensíveis à problemática do ambiente.

As actividades com veículos *off-road* não regulados são, sem dúvida, uma grande ameaça aos ecossistemas e espécies ameaçadas de extinção nas ilhas do Sal, Boa Vista e Maio e as áreas protegidas ao longo das praias e dunas de areia nessas ilhas. Embora a maioria destes locais estejam localizados dentro de áreas protegidas, ainda não existem sinais que demarcam parques e reservas, taxas de entrada, guardas florestais, nem patrulhas, nem sinais de alerta, nem zonas de acesso restrito, e apenas em alguns casos, alguma orientação por parte de ONGs locais, na ilha de Boa Vista (*Natura 2000, a Turtle Foundation*)¹¹.

O sistema de Áreas Protegidas, opções e desafios do turismo

O crescimento da indústria do turismo, especialmente, turismo em massa construída em torno do modelo “tudo incluído”, tem um impacto crescente na base dos recursos naturais de Cabo Verde e na prestação de serviços ecossistémicos críticos. Embora o sector do turismo tenha vindo a desenvolver os seus próprios planos e previsões como um condutor da economia do país, a interação e os impactos da indústria do turismo em variáveis sociais, culturais e ecológicos não foram estudados e analisados em conformidade. O turismo, como motor da economia do país, pode facilmente descarrilar-se, isto se a “base de recursos naturais” da qual isto depende, em grande medida, não for protegida e gerida de forma sustentável.

O planeamento do turismo (antes do seu desenvolvimento) deve: (a) reconhecer vínculos intrínsecos e vital entre

o ambiente natural (e dos serviços ecossistémicos que produz) e a qualidade presente e futura do recurso turístico que “explora”, (b) investir (antes de investir em infra-estruturas/desenvolvimento físico) na gestão ambiental e conservação dos ecossistemas para garantir uma capacidade de desenvolvimento sustentável, e (c) observar os recursos e valores ambientais, sociais e culturais sinergicamente integrados para uma estratégia de desenvolvimento no futuro.

Na sequência desta análise, torna-se evidente que a Autoridade Autónoma das Áreas Protegidas (AAAP), uma vez estabelecida, deve: (1) coordenar estreitamente a sua própria conservação e estratégias de gestão de áreas protegidas de forma a coincidir com os planos de desenvolvimento do turismo em uma espécie de abordagem de “*turismo-de-apoio- à-natureza e natureza-suporte-do-turismo*” em que o ordenamento do território, os planos de zonamento, o desenvolvimento de infraestrutura, estratégias de marketing de turismo (atividades e serviços) são todos coordenados, debatidos e acordados em conjunto entre o sector do turismo e o sector ambiental (áreas protegidas), e (2) implementar um mecanismo de avaliação e monitoramento (com a respectiva política e instrumentos financeiros) através do qual: (a) recursos financeiros (receitas) são derivados de actividades turísticas que directamente apoiam a conservação e gestão da área protegida, e (b) a oferta de serviços do ecossistema, conjuntamente com a manutenção do meio ambiente/qualidade paisagem, garantam o apoio às actividades de turismo e de desenvolvimento a longo prazo.

A um nível mais local, a Autoridade Autónoma das Áreas Protegidas deve planear e implementar um programa de sensibilização sobre as áreas protegidas através de uma comunicação diversificada e estratégia de marketing, incluindo folhetos/brochuras, páginas de informação na internet e conversas informais nos centros de interpretação com os turistas dentro dos *resorts* de “tudo incluído” que são mais propensos a usar os recursos nas proximidades para diferentes actividades recreativas. Tal estratégia iria: (i) proporcionar uma opção de lazer atraente para os turistas especialmente os que estão alojados nesses *resorts* de “tudo incluído”, (ii) gerar receitas directas para as áreas protegidas através de taxas de entrada, taxas de utilização, etc, (iii) gerar empregos e actividades económicas dentro das comunidades próximas, através da utilização de serviços de guia e transporte e, finalmente, (iv) evitar danos aos ecossistemas frágeis e extinção de espécies ameaçadas nas praias e dunas de areia em áreas protegidas próximas.

Nas ilhas do Fogo e Santo Antão e, até certo ponto, na ilha de Santiago (PN Serra Malagueta), há definitivamente, o potencial para atrair um número crescente de geoturistas (turismo baseado na natureza) envolvidos em caminhadas penosas, observação de aves, escalada de rochas e vulcão, alpinismo, caminhadas ao longo dos vales, ribeiras e pelas pequenas cidades e, em geral, apreciando vistas espectaculares, a cultura local, gastronomias locais (vinho e *grogue*), e aprendendo sobre as populações locais, tradições e folclore.

Este tipo de turismo-comparado ao turismo em massa do tipo dos *resorts* com “tudo incluído”, tem um impacto económico

¹¹Serviços de guias também estão disponíveis nos parques naturais de Serra Malagueta e Monte Gordo, através da equipa da Direcção Geral do Ambiente, e também no Fogo pelos guias privados. As taxas de entrada são cobradas em Serra Malagueta e Monte Gordo.

de forma mais equitativa, gera negócios e oportunidades de emprego dentro das comunidades locais, minimiza efeitos colaterais cultural e social e, indiretamente, contribui para a conservação dos recursos naturais uma vez que promove mudanças de atitude por parte dos visitantes e dos locais (que vêem no turismo um potencial de desenvolvimento e uma justificativa para a conservação do meio ambiente e do modo de vida tradicional).

Informações recolhidas junto de turistas, na ilha da Boa Vista¹², mostraram, por exemplo: **(a)** interesse/curiosidade muito significativo em visitar áreas protegidas, especialmente para “descobrir” espécies endémicas e ameaçadas de extinção, **(b)** disponibilidade para apoiar, através de doações voluntárias ou encarregar-se de fazer diretamente a proteção dos ecossistemas e espécies dentro das áreas protegidas, e **(3)** vontade de participar em programas de educação / sensibilização para aprender sobre áreas protegidas, biodiversidade e o endemismo ali existente. Estes resultados preliminares foram testados em reuniões com operadores de *resorts* e sua equipa, os quais verificaram a vontade da maioria dos turistas em “contribuir para a conservação” se eles tiverem de visitar as áreas protegidas e consciencializar-se (educar) acerca das fragilidades e a singularidade dos ecossistemas protegidos e seu grande valor na produção de serviços ambientais.

Os custos de protecção e manutenção do Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde

! Metodologia

O sistema de áreas protegidas de Cabo Verde é composto por 47 áreas de características e tamanhos diferentes: muitas das áreas protegidas contêm ecossistemas únicos terrestres e marinhos, com uma riqueza de diversidade biológica fornecendo serviços ecológicos essenciais; algumas são pequenos ilhéus, importantes locais de nidificação e criação de aves marinhas; algumas das áreas ainda são desconhecidas e indefinidas, enquanto outras encontram-se totalmente debaixo d’água (áreas marinhas protegidas, AMPs); algumas são bastantes utilizadas e estão degradadas, mas são significativas, com paisagens únicas e espetaculares e, finalmente, algumas são muito isoladas e remotas ou localizadas perto de hotéis movimentados e dos grandes *resorts*. Dada a essa grande diversidade, é natural esperar que: **(1)** intervenções de gestão e os custos variem consideravelmente, **(2)** as prioridades de conservação (e as necessidades de investimento correspondentes) variem em função de diferentes fatores externos (pressões de turismo, a expansão urbana, etc.), e **(3)** a fim de racionalizar a gestão da conservação, um grande esforço tem de ser feito no sentido de “consolidar” este conjunto de pequenas reservas, santuários, paisagens terrestres e marinhas protegidas num sistema onde, por exemplo, os ilhéus são protegidos e geridos como partes das áreas costeiras próximas, as pequenas ilhas são protegidas integralmente e por inteiro como uma área protegida, e

onde existirem APs adjacentes, estas tornar-se-ão “zonas” diferentes dentro de áreas consolidadas mais facilmente geridas e protegidas.

Com a finalidade de diferenciar os custos de gestão dentro do sistema de AP de Cabo Verde, três critérios caracterizadores foram aplicados a cada uma das 47 áreas protegidas: **(a)** a intensidade do uso de recursos, **(b)** as ameaças à conservação, e **(c)** o acesso e infraestrutura de gestão.

A intensidade do uso inclui pressões demográficas ou actividades que ocorrem dentro ou em torno das APs, incluindo assentamentos humanos, instalações/infra-estrutura de turismo, agricultura tradicional e de pequena escala, agricultura irrigada e uso extractivo ou comercial dos recursos do solo, da água e da floresta (tais como a recolha de lenha, pesca, extracção de madeira, actividades de lazer/turismo, extracção de areia e de material de construção, etc.). Em muitas das APs de Cabo Verde, a agricultura tradicional, a pesca, pastagem e actividades de recolha de lenha ainda são praticadas, mas a sua distribuição dispersa, raramente alcançando uma intensidade e escala comercial, representa apenas um uso de baixa intensidade; por outro lado, a habitação (incluindo casas de fim de semana), o desenvolvimento do turismo, o uso recreativo de praias e dunas de areias representam um nível intenso de uso dos recursos com um impacto crescente sobre as áreas protegidas e os frágeis ecossistemas costeiros.

O critério de ameaças à conservação constitui uma medida subjectiva das potenciais ameaças e perigos que as espécies e os ecossistemas são submetidos dentro e em torno de qualquer área protegida específica. Este critério se correlaciona diretamente com a intensidade do critério de utilização de recursos e aumenta o seu valor em função de pressões de exploração de recursos, proximidade com os centros urbanos e grandes empreendimentos turísticos como são os casos da ilha do Sal, Boavista e Maio. Actividades extrativas como o turismo, ocupação humana e agricultura intensiva com irrigação e a presença de espécies exóticas invasoras, representam exemplos de ameaças significativas para as áreas protegidas com a classificação de 3 numa escala de 1 a 3.

O critério de acesso e infra-estrutura de gestão é uma medida subjectiva de acessibilidade às AP (estradas, trilhos, barcos, transportes públicos e aluguer de veículos) e da infra-estrutura de gestão existente para tornar a vigilância e a proteção mais eficazes, incluindo centros de interpretação, postos de guarda, portões de entrada, cercas, sinais/percursos, trilhos demarcados e veículos de patrulha, assim como, planos de gestão de emergências (para incêndios florestais, erupções vulcânicas) ou planos de evacuação para os visitantes, entre outros. Atualmente, apenas algumas APs do sistema de Cabo Verde têm boa acessibilidade e infraestrutura adequada para permitir o controlo efetivo e a proteção da área.

Cada critério tem um valor possível (fator de peso de 2), variando de 2 a 6, em que (2) é para baixo (4), para moderada, e (6)

¹²Realizada pela consultoria na ilha de Boa Vista, entre turistas escolhidos ao acaso, na ilha e nos resorts junto às praias. Maio 2012

para o alto nível de utilização e as ameaças à conservação. A variável mais crítica da “infraestrutura de acesso e de gestão” é pesado por um fator de peso de três (3), o que significa que ele pode ter pontuação de 3 para nível adequado de ameaça, 6 para modesto e 9 para um nível de ameaça desprezível. A soma total destes pontuações aplicados a cada uma das áreas protegidas define três grupos de AP identificadas com a cor verde, amarelo, e vermelho de acordo com os diferentes níveis de ameaças à conservação e infraestrutura de gestão requerida. Cada AP pode, assim, ter uma pontuação mínima de 7 e uma pontuação máxima de 21. A pontuação total inferior a 10 (7-10), por exemplo, representa uma menor necessidade de intervenções de gestão e os investimentos de infraestrutura, tornando este grupo uma baixa prioridade para o sistema nacional de AP. A pontuação total de entre 11 e 14 representa áreas protegidas que estão sujeitos a níveis de utilização de recursos e ameaças de conservação de nível moderado e necessitam de alguns investimentos para garantir a proteção adequada. E, finalmente, uma pontuação total acima de 15 representa altos níveis de ameaças a causa de atividades de turismo intensivo, invasão urbana ou atividades agrícolas e de pesca (ver Figura 2 abaixo).

*Level of Use	Intense	**Threats to	High	***Access &	Negligible	Priority	High
	Moderate	Conservation	Moderate	Mgt	Modest		Moderate
	Low	n	Low	Infrastructure	Adequate		Low

Em síntese, os custos de gestão para cada uma AP e o sistema como um todo, são calculados de acordo com esta equação matemática:

Custo de Gestão das AP = f^* Custo Unitário (onde a função f depende de utilização + acesso + ameaças à conservação e infraestrutura)

Estimativa de Gestão da Área Protegida e Custos de Investimentos

! Resultados

Os três grupos com códigos de cores resultantes de APs são: (1) APs de baixa prioridade com ameaças mínimas para as espécies e ecossistemas, baixa intensidade de uso dos recursos limitados e baixa necessidade de infra-estruturas; (2) APs de prioridade moderada, com algumas ameaças originadas do desenvolvimento e das atividades económicas, alguma necessidade de infraestrutura e uso moderado de recursos protegidos; e (3) AP de alta prioridade com uma necessidade urgente de infraestrutura de gestão e controlo de acesso, sujeita a um desenvolvimento intenso e pressões de uso dos recursos. As pontuações totais foram então usadas para fazer uma estimativa quanto ao nível de investimento em infra-estrutura de gestão e conservação geral (operacional), os custos para cada grupo de áreas protegidas e para o sistema como um todo (propriedade da AP).

Além disso, é assumido, e baseado em experiências da Costa Rica, Colômbia e Belize, que o custo total real para operacionalizar toda a propriedade a nível nacional requer uma despesa adicional para o planeamento e administração (especialmente dos muitos instrumentos de financiamento) de pelo menos 25%. Este custo geral de todo o sistema é estimado com base na análise da informação financeira fornecida pela DGA (Direção Geral do Ambiente) para apoiar as áreas protegidas atualmente geridas em Serra Malagueta e Monto Gordo.

A aplicação desta metodologia ao sistema de AP de Cabo Verde dá os resultados apresentados na Tabela nº 4 que se segue:

Table 4: Management and Investment Costs by Protected Area Priority

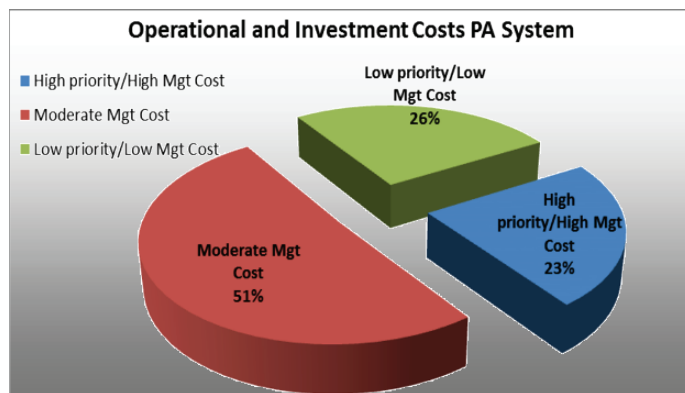
Protected Area Name	Island	Land and Sea Area under Mgt (Ha)	Protection priority and level of management costs	Operational Cost/ Ha (US\$)	Total Operational Cost (US\$)	Investment Cost/ Ha (US\$)	Total Investment Cost (US\$)
Monte Cacador e Pico Forcado	Boa Vista	3,357.00	8	9.00	30,213.00	57.00	191,349.00
Ilheu de Baluarte	Boa Vista	94.65	8	9.00	851.85	57.00	5,395.05
Ilheu dos Passaros	Boa Vista	38.82	10	9.00	349.38	57.00	2,212.74
Ilheu de Curral Velho	Boa Vista	41.77	12	26.51	1,107.32	114.36	4,776.82
Ponta do Sol	Boa Vista	748.00	16	80.98	60,573.04	224.41	167,858.68
Boa Esperança	Boa Vista	4,010.00	16	80.98	324,729.80	224.41	899,884.10
Morro de Areia	Boa Vista	2,567.00	14	80.98	207,875.66	224.41	576,060.47
Tartaruga	Boa Vista	14,875.00	12	26.51	394,336.25	114.36	1,701,105.00
PN do Norte	Boa Vista	22,047.00	12	26.51	584,465.97	114.36	2,521,294.92
Ilhéu de Sal-Rei	Boa Vista	89.00	16	80.98	7,207.22	224.41	19,972.49
Monte Santo António	Boa Vista	459.00	7	9.00	4,131.00	57.00	26,163.00
Monte Estancia	Boa Vista	739.00	7	9.00	6,651.00	57.00	42,123.00
Curral Velho	Boa Vista	1,635.00	15	80.98	132,402.30	224.41	366,910.35
Rocha Estancia	Boa Vista	253.00	8	9.00	2,277.00	57.00	14,421.00
Casas Velhas	Maio	6,623.80	12	26.51	175,596.94	114.36	757,497.77
Terras Salgadas	Maio	5,845.40	8	9.00	52,608.60	57.00	333,187.80
Lagoa Cimidor	Maio	389.34	8	9.00	3,504.06	57.00	22,192.38
Praia do Morro	Maio	665.98	8	9.00	5,993.82	57.00	37,960.86
Barreiro e Figueira	Maio	1,078.19	8	9.00	9,703.71	57.00	61,456.83

Protected Area Name	Island	Land and Sea Area under Mgt (Ha)	Protection priority and level of management costs	Operational Cost/ Ha (US\$)	Total Operational Cost (US\$)	Investment Cost/ Ha (US\$)	Total Investment Cost (US\$)
Salinas de Porto Inglês	Maio	534.67	12	26.51	14,174.10	114.36	61,144.86
Monte Penoso e Monte Branco	Maio	1,117.22	8	9.00	10,054.98	57.00	63,681.54
Monte Santo António	Maio	891.20	8	9.00	8,020.80	57.00	50,798.40
Santa Luzia	Santa Luzia	3,420.00	12	26.51	90,664.20	114.36	391,111.20
Serra Malagueta	Santiago	774.00	16	80.98	62,678.52	224.41	173,693.34
Serra do Pico de Antónia	Santiago		12	26.51	0.00	114.36	0.00
Morroços	Santo Antão	818.10	12	26.51	21,687.83	114.36	93,557.92
Pombas	Santo Antão	311.90	8	9.00	2,807.10	57.00	17,778.30
Topo da Coroa	Santo Antão	8,491.60	8	9.00	76,424.40	57.00	484,021.20
Cova/Paúl/RªTorre	Santo Antão	2,091.50	9	9.00	18,823.50	57.00	119,215.50
Cruzinha	Santo Antão	1,117.80	8	9.00	10,060.20	57.00	63,714.60
Monte do Alto das Cabaças	São Nicolau	1,325.00	8	9.00	11,925.00	57.00	75,525.00
Monte Gordo	São Nicolau	952.00	12	26.51	25,237.52	114.36	108,870.72
Monte Verde	São Nicolau	311.90	12	26.51	8,268.47	114.36	35,668.88
Chã das Caldeiras	Fogo	8,468.50	13	26.51	224,499.94	114.36	968,457.66
Salinas Pedra Lume e Cagaral	Sal	802.00	12	26.51	21,261.02	114.36	91,716.72
Costa da Fragata	Sal	2,693.00	16	80.98	218,079.14	224.41	604,336.13
Ponta do Sinó	Sal	5,747.00	16	80.98	465,392.06	224.41	1,289,684.27
Rabo de Junco	Sal	154.00	16	80.98	12,470.92	224.41	34,559.14
Serra Negra	Sal	2,627.00	16	80.98	212,734.46	224.41	589,525.07
Morrinho do Açúcar	Sal	5.00	8	9.00	45.00	57.00	285.00
Morrinho do Filho	Sal	12.00	8	9.00	108.00	57.00	684.00
Monte Grande	Sal	1,309.00	8	9.00	11,781.00	57.00	74,613.00
Salinas de Santa Maria	Sal	69.00	16	80.98	5,587.62	224.41	15,484.29
MarinhaBaía da Murdeira	Sal	6,057.00	16	80.98	490,495.86	224.41	1,359,251.37
BuraconaRagona	Sal	545.00	12	26.51	14,447.95	114.36	62,326.20
Ilhéus de Branco e Raso	Ilhéus	854.00	8	9.00	7,686.00	57.00	48,678.00
Ilhéu do Rombo	Ilhéus		8	9.00	0.00	57.00	0.00
Total		117,056.34			4,049,993.51		14,630,204.57

Tabela nº 4: Custos de Gestão e Investimento por Prioridade da Área Protegida

Na tabela acima, os custos operacionais e os custos de investimento para cada AP no sistema de Cabo Verde são calculados com base na informação financeira disponibilizada pela DGA e extrapolados a partir dos dois sítios em funcionamento do sistema (Monte Gordo e Serra Malagueta). Este cálculo fornece dois valores fundamentais:

! Total operational costs (per year) for the entire system = US\$ 4,1Million
! Total investment costs (for all areas of the system) = US\$14,6Million.



A consolidação das áreas protegidas num complexo mais racional e um sistema de APs mais ecologicamente representativo poderia reduzir os custos operacionais de uma forma significativa. Esta consideração, no entanto, precisa de uma análise mais aprofundada e, mais importante, de uma estimativa de custos confiável derivada de uma amostra maior e mais representativa das áreas protegidas. Continuando a discussão sobre as estimativas de custos

para a gestão da conservação do sistema de AP de Cabo Verde, devemos notar que os custos de gestão também são afectados por variáveis “externas”, tais como o clima, desastres naturais, eventos políticos, ciclos económicos e ruptura financeira e social.

Contudo para o propósito desta análise, e considerando que as estimativas de custo serão comparadas com uma receita, estimada e regulada pelo mesmo tipo de incerteza e de variabilidade, presume-se que os valores estimados apresentados em (a) e (b) são justificados e adequados. Claro que, dada a metodologia aplicada, recomenda-se que, à medida que surgem mais APs “operacionais” e respectivos custos de gestão calculados correctamente, que a tabela abaixo seja revista e ajustada em conformidade.

Consequentemente, recomenda-se fortemente que, como acção prioritária, os administradores das AP (especialmente aqueles envolvidos com as APs que já estão sendo geridas) trabalhem com agentes financeiros da DGA (oficina) para elaborar uma estimativa mais detalhada e definitiva dos custos operacionais e receitas das AP.

Para este fim, um anexo digital separado contém o arquivo de planilha (*IG e Custos de Investimento por ordem de Prioridade de AP*) usado para se fazer esses cálculos e facilmente actualizado.

Uma conclusão final dessa análise (ver Figura 3 abaixo) é de que cerca de 1/3 de todas as APs no sistema de áreas protegidas de Cabo Verde tem uma baixa prioridade em termos de intervenções de gestão, com baixos custos de gestão e que se estima que metade de todas as APs terão custos de gestão moderados e uma intervenção de prioridade moderada, enquanto que 16% de todas as APs requerem intervenções urgentes de gestão e uma estimativa de custos relativamente alta. É muito importante notar que a extrapolação de informações financeiras a partir de duas áreas protegidas para todo o sistema de AP, que é um composto de áreas muito diversas e muito diferente do contextos ecológicos (incluindo zonas costeiras e marinhas das APs) e socio- políticos, pode apenas fornecer um cenário indicativo útil para iniciar uma discussão sobre as necessidades de financiamento, lacunas e mecanismos de financiamento alternativos, que é o primeiro passo para a definição de uma estratégia de sustentabilidade do sistema de AP.

Também nota -se que a estimativa de gestão e custos de investimento são baseados nos custos de gestão e investimento reais de apenas dois parques naturais que foram postas em funcionamento durante o primeiro projecto do GEF, ou seja, Monte Gordo, na ilha de São Nicolau e Serra Malagueta na ilha de Santiago, a cerca de 50 km a norte da capital, Praia. Infelizmente, as informações disponíveis no momento desta pesquisa não fornecem uma análise mais detalhada dos custos, investimentos ou considerações de investimentos tangíveis versus intangíveis. As análises futuras devem ser, definitivamente, mais detalhadas. No entanto, em termos gerais, os custos estimados correspondem maioritariamente à gestão da área protegida e custos de investimento encontrados para outros sistemas de áreas protegidas na América Central (Costa Rica) e América do Sul (Equador e Peru).

Table 5: Custos de Gestão das AP em Cabo Verde

Prioridade de proteção e o nível de custos de gestão	Número de APs	Área de Terra e Mar Área sob Gestão (Ha)	% of total do estado da AP	Custo Operacional Total (EUA \$)	Total dos Custos Investimento (EUA \$)	Total de Custos de Gestão de AP US\$ (25%)	Custos de Gestão / Custos de Investimento total % (US\$)	Custos de Gestão US\$/Ha
Prioridade alta / alto Custo de Gestão	12	27,170	23	2,200,227	6,097,220	2,074,362	10,371,808	305.4
Moderate Priority/Mgt Cost	13	59,440	51	1,575,748	6,797,529	2,093,319	10,466,595	140.9
Low priority/Low Mgt Cost	22	30,447	26	275,127	1,735,456	502,646	2,513,229	66.0
TOTAIS	47	117,056	100	4,051,101	14,630,205	4,670,326	23,351,632	159.6

Tabela nº 5: Custos de Gestão e Investimentos de AP em Cabo Verde.

A Tabela nº 5 apresenta os custos de gestão de conservação ao nível do sistema, por nível de prioridade de intervenções na AP, enquanto que a Tabela nº 6 projecta estes custos num período de 8 (oito) anos.

Estas estimativas de custos projectadas num período de oito anos produzem os resultados contidos na Tabela 6, que são utilizados para calcular os défices anuais e cenários de financiamento. Mais uma vez, esta abordagem é baseada numa série de pressupostos críticos e simplificações devido à falta de informações financeiras detalhadas relacionadas com os custos de gestão disponíveis das áreas existentes.

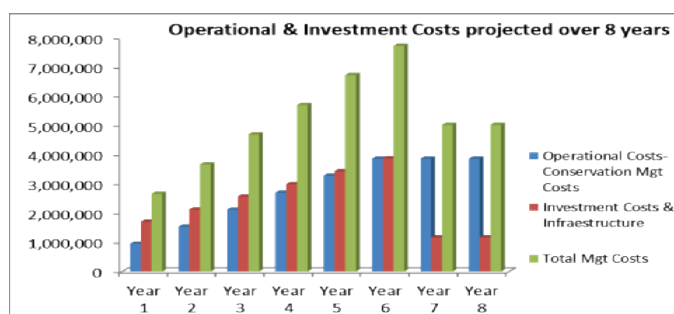
Entretanto, a consultoria analisou estes pressupostos juntamente com os gestores das APs e os agentes da DGA no comando das operações e financiamento de áreas protegidas, e obteve um consenso geral sobre estas estimativas de custo. A partir dessa conversação, também ficou claro que, num futuro próximo, um exercício precisa ser conduzido para se estabelecer categorias de despesas claras tanto para a gestão e investimentos da AP como para actualizar a tabela de custos ao nível do sistema.

Custos	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Custos Operacionais (Custos de Gestão de Conservação)	954,105	1,536,029	2,117,954	2,699,877	3,281,800	3,863,723	3,863,723	3,863,723
Custos de investimento e Infraestruturas	1,704,669	2,124,998	2,568,679	2,989,009	3,432,690	3,876,371	1,167,582	1,167,582
Total de Custos de Gestão	2,662,086	3,666,206	4,693,678	5,697,798	6,725,270	7,729,390	5,020,601	5,020,601

Tabela nº 6: Projecção dos custos de gestão de Conservação ao longo de um período de 8 anos para o Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde.

Os custos de gestão projectados para o sistema de AP de Cabo Verde são baseados numa série de pressupostos, tais como, os investimentos graduais em infra - estruturas a partir do 1ºano até o 6º ano, quando estima-se que as áreas mais prioritárias foram equipadas com infra-estrutura de gestão adequada (proporcional ao tamanho da AP) e apenas a “manutenção” da infra-estrutura é necessária no 7º ano e nos seguintes (veja a Figura nº 4 abaixo).

Como este exercício é baseado no tamanho da AP, poderá ser facilmente actualizado sempre que a rede das APs se expanda e/ou seja consolidada. No futuro, à medida que mais dados das APs geridas são disponibilizados, os custos de gestão e de investimento deverão ser mais detalhados e incluir subcategorias, tais como: (i) protecção dos recursos (ii) uso público e (iii) administração, monitoramento e investigação. No momento ainda não existem tais categorias de despesa disponíveis.



Fontes de receita para financiar o sistema de áreas protegidas de Cabo Verde

! Metodologia

Nesta seção todas as possíveis fontes de receitas serão identificadas e avaliadas em termos de viabilidade e capacidade de gerar receitas. Na análise de viabilidade dessas fontes de receitas, será dada atenção à probabilidade de que o actual contexto económico, político e institucional permite que essas fontes de receita se tornem realidade. Essas fontes de receitas serão, então, projectadas num período de 8 (oito) anos de acordo com os padrões de projecção derivados de experiências noutros países, especialmente na Colômbia, Costa Rica e Belize.

Claro que, os padrões de projecção variam para cada mecanismos de financiamento de acordo com as circunstâncias locais e contextos socio-políticos; contudo, esta abordagem é adequada para iniciar um debate sobre possíveis cenários e estratégias de financiamento da AP. Estas estimativas projectadas serão, então, usadas para calcular a necessidade de financiamento ou défice do sistema de AP em Cabo Verde no seu todo. Finalmente, quatro cenários “possíveis” (incluindo um caso de baixa e um caso de alta probabilidade) serão analisados para fornecer uma ideia de todas as possibilidades de financiamento da AP em Cabo Verde.

! Resultados

Actualmente, o sistema de áreas protegidas de Cabo Verde depende principalmente e directamente de transferências, tanto de fontes governamentais (MAHOT / DGA) ou de fontes de financiamento externas, como de doações do GEF e do PNUD e contribuições de KFW, UE e outros financiadores, incluindo algumas organizações não-governamentais. A proporção de gestão da AP e investimentos pagos por fontes de financiamento externas é excepcionalmente elevada (77% em 2011) e a dependência do sistema em relação às fontes externas de financiamento e cooperação internacional é definitivamente insustentável.

É evidente que tais acordos de financiamento exigem uma nova estratégia de financiamento sustentável e um plano de ação imediato precisa ser desenvolvido e implementado o mais breve possível. Este relatório fornece *inputs* importantes para este esforço e poderia tornar-se a base para a implementação de um plano de financiamento de áreas protegidas em todo o sistema direccionado a alcançar: (i) maior sustentabilidade ao longo do tempo, (ii) diminuição da dependência em relação às fontes externas de financiamento e cooperação internacional e (iii) uma alocação menor, mas mais eficaz e eficiente dos fundos governamentais para a conservação do capital natural do país.

Neste sentido, é importante reiterar que a estratégia de sustentabilidade financeira- que também é chamado de “plano de negócios”, continuará a ser composta por três componentes principais: (1) apoio governamental e coordenação institucional, (2) cooperação internacional e financiamento de doadores, e (3) criação de recursos financeiros a partir de uma boa gestão, marketing e “venda” de serviços dos ecossistemas, bem como as taxas moderadoras derivadas principalmente do turismo. A próxima secção deste relatório fornece uma análise breve da pré-viabilidade de uma série de potenciais fontes de financiamento, a fim de (a) avaliar a contribuição potencial dessas fontes para as necessidades globais de financiamento do sistema de AP, e (b) estabelecer prioridades e investimentos necessários para explorar esses recursos de financiamento e desenvolver uma estrutura de apoio financeiro mais diversificada e sustentável para a protecção e conservação do património natural de Cabo Verde e do capital de recursos naturais.

As discussões com os gestores de AP e formuladores de políticas do Ministério indicam claramente um desejo e um potencial para “consolidar” o sistema de áreas protegidas de Cabo Verde através de (i) redução do número total de AP, pela fusão de duas ou mais áreas, tornando-os

maiores com mais facilidade de gestão e protecção, (ii) a gestão de áreas protegidas na forma de “clusters” de AP, especialmente, AP marinha e áreas isoladas, e (iii), possivelmente, reduzir o tamanho de algumas áreas para evitar possíveis conflitos (com as comunidades e agentes do turismo) ou concentrar esforços em áreas ou parte das áreas em que os objectivos de conservação são mais facilmente e eficazmente atendidas. Estas e outras medidas poderiam contribuir para a redução global dos custos de gestão e investimento e a alocação dos recursos financeiros seriam muito mais eficiente.

Finalmente, deve ser notado que o esboço da estratégia de sustentabilidade financeira encaixa perfeitamente no último plano do Governo para o desenvolvimento de Cabo Verde (2010-2014) e, especialmente, coincide com os objectivos e as acções que deverão ser implementadas no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo (2010-2013).

Análise do mercado e pré-viabilidade das possíveis fontes de financiamento das AP

Esta secção do relatório resume as fontes potenciais de receitas que o sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde poderia usar para alcançar a sustentabilidade financeira ao longo do tempo. Na medida do possível, serão analisadas essas fontes de rendas e receitas de acordo com o seu potencial no mercado, dentro do contexto política e social, e “disposição de pagar”, resultando numa análise de pré-viabilidade de potenciais fontes de receitas para o sistema de AP. Os dados e as informações utilizadas para esta análise vêm de uma variedade de fontes dentro do país (Instituto Nacional de Estatística, Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território / MAHOT/ DGA, Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, Ministério de Desenvolvimento Rural, Ministério de Turismo, Indústria e Empresa Nacional de Administração Portuária- ENAPOR, Agência Marítima e Portuária, entre outros) e de alguns relatórios e publicações fornecidos pelas fontes oficiais do sector do turismo (incluindo a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas de Boa Vista e Maio), o sector das pescas, energia, agricultura e, obtidos a partir de entrevistas no local e de fontes locais e no exterior.

É crítico notar que, o orçamento para a gestão das áreas protegidas, é, actualmente, derivado de duas fontes principais: (a) transferências directas do governo (MAHOT / DGA) cerca de 23% e (b) financiamento de projectos, fontes externas de financiamento e cooperação internacional (principalmente GEF, KFW e ONGs), cerca de 77%¹³ do total dos gastos e investimentos¹⁴.

Conforme mencionado na secção anterior, o objectivo desta análise breve da pré-viabilidade das fontes alternativas de financiamento para áreas protegidas baseia-se no pressuposto de que o financiamento sustentável precisa abordar aspectos actuais e fundamentais da situação de financiamento através de: (a) diversificação das fontes de financiamento para a gestão da AP, (b) o aumento

¹³Calculado com base nas contribuições do GCV para a gestão das AP vs fontes internacionais de cooperação (val. médios) (2007 / 2012).

¹⁴KFW investiu cerca de 1Milhão de euros na sede administrativa do Parque Natural do Fogo. Durante 2012-2013.

das fontes de financiamento a partir de fontes não-governamentais, do sector privado e da venda de serviços ambientais, e (c) redução dos custos de gestão da Área Protegida, especialmente os investimentos que envolvem infra-estrutura física. As potenciais fontes de financiamento analisados nesta secção são:

- “Taxas de entrada na área protegida e taxas de utilização especiais (serviços de turismo de nicho);
 - “ Concessões e serviços de turismo (operadores de turismo, ONGs);
 - “ Visto de turismo e taxas aeroportuárias (imposto de sustentabilidade ambiental);
 - “ Imposto de “sustentabilidade” imobiliário (imposto sobre transações);
 - “ Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): água, energia, agricultura;
 - “ Taxa de “sustentabilidade” de Pescas Industriais;
 - “ Taxas de “sustentabilidade” de transporte marítimo e navio de cruzeiro;
 - “ Doações e contribuições voluntárias dos sectores privados, como parte da responsabilidade ambiental e social de empresas:
- O sector de turismo e cadeias de hotéis (corporações multinacionais envolvidas nos pacotes turísticos de “Tudo incluído”: TUI, Melia, Decameron, Soltrópico,);
- O sector dos transportes aéreos (TACV, Air Senegal, Binter, TAP, TUI através de programas de compensação pela captura de carbono);
- O sector financeiro e bancário (bancos e instituições de crédito);
- O sector imobiliário, (operadores imobiliários e intermediários);
- Os importadores e produtores de bebidas engarrafadas e cerveja (Coca Cola, Strela, BonAqua);
- A diáspora (população de Cabo Verde residentes no estrangeiro com um efeito multiplicador especial na comercialização do património natural e cultural do arquipélago).
- “ Troca de dívida para a natureza (“Troque de Dívida pública¹⁵⁾ para a protecção da natureza e da infância¹⁶⁾;
 - “ UNDP, UNEP, UNESCO, UE e GEF apoio contínuo por meio de doações e projetos específicos.

A lista acima inclui um inventário incompleto de opções de financiamento para as áreas protegidas, alguns viáveis,

¹⁵O total da dívida pública relatado pelo Banco de Cabo Verde, FMI e relatórios da CIA, 2012, é de quase 741 milhão de dólares aproximadamente, 78% da DGP.

¹⁶A troca das dívidas na Colômbia criou um fundo para a conservação e para a proteção infantil (FondoAccionAmbiental y la Niñez, www.fondoaccion.org/) e um fundo mais direcionado para as áreas protegidas (Fondo Patrimonio Natural, www.patrimonionatural.org.co/). Ambos os fundos financiam projetos a partir de fundos gerados pela troca da dívida pública.

outros não, alguns que poderiam ser gerados rapidamente, outros a serem gerados no futuro, alguns que requerem outros investimentos, exigindo apenas a vontade política e uma estrutura de gestão adequada. A lista poderia ser organizada em seis grupos de fontes de financiamento:

“disposição para pagar”

Fontes de financiamento com base em produto e especificação de sítios,

Taxas de entrada da área protegida, concessão, e taxas de utilizador, taxas de passageiros de navios, cruzeiros as comissões sobre produtos da AP (tais como hospedagem, restaurantes, uso de veículos de lazer e produtos DOC, etc).

(a) *Fontes de financiamento a nível nacional*

Fontes fiscais, tais como impostos directos e indirectos sobre o turismo (taxa de visto de entrada), viagem internacional (taxa de saída / aeroporto), o consumo de gasolina e diesel, a taxa de emissão de eletricidade gerada por combustíveis fósseis, etc.

(b) *Fontes de financiamento baseadas em serviço*

O pagamento por serviços ambientais (PSA), especialmente hidro-energia e água, mas, no caso de Cabo Verde, envolvendo, possivelmente, apenas a pesca e os recursos agrícolas.

(c) *A cooperação internacional, recursos financeiros multilaterais e ONGs*

Cooperação internacional (ONU, UE, Banco Mundial, BAD), os países doadores (cooperação bilateral) e organizações multilaterais, incluindo: GEF, do Programa da Biosfera e do Homem da UNESCO, UICN, PNUD e organizações internacionais e ONG de conservação (Conservation International, The Nature Conservancy, Natura 2000, Turtle Foundation, Flora e Fauna internacionais, entre muitos outros).

(d) *Trocas da dívida para a conservação da natureza, envolvendo a dívida pública trocada por investimentos e suporte de gestão de áreas protegidas e conservação ambiental.*

(e) *Doações e contribuições de particulares e de empresas locais e internacionais*

Doações voluntárias privadas, envolvendo uma variedade de potenciais fontes, tais como: as empresas, os operadores de serviços de telecomunicações, responsabilidade social corporativa, patrocínio corporativo, feiras organizadas da diáspora e festivais, etc.

Taxas de entrada da área e taxas de utilizadores especiais

Atualmente, apenas duas áreas protegidas (Serra Malagueta e Monte Gordo) cobram taxas de entrada aos visitantes, o que gera apenas as receitas simbólicas, visto que a maioria dos visitantes são crianças de comunidades vizinhas a quem não são cobradas taxas de entradas. Há

planos para a cobrança de taxas de entrada no PN Monte Verde (São Vicente) e PN do Fogo (Fogo). O potencial para desenvolver esta fonte de financiamento, porém, é significativo, especialmente para aquelas áreas protegidas próximas das instalações turísticas nas ilhas de Boa Vista, Sal e Maio, como também no Fogo, São Nicolau e Santo Antão. A receita potencial proveniente da taxa de entrada poderia ser substancial nas ilhas turísticas de Boa Vista e Sal, enquanto que poderia ser moderada no Fogo, São Nicolau e Santo Antão.

A ilha de São Vicente, especificamente, o PN Monte Verde poderia ser exceção, sendo que o pico da montanha protegida oferece incríveis vistas panorâmicas que podem ser exploradas tanto para turismo local, bem como para o turismo internacional. Estudos concretos precisam urgentemente de ser realizados para: (a) determinar os valores cobrados e os critérios diferenciais; (b) a disposição dos visitantes para pagar; e (c) a estratégia de marketing para desenvolver esses sítios para atrair turistas¹⁷. Uma estimativa bruta e conservadora desse potencial com base em dados extrapolados de algumas APs que recebem visitantes, e entrevistas com os gestores da AP coloca o valor para todo o sistema, entre 50,000 e 60,000 dólares americanos por ano¹⁸. As taxas de entrada da AP são diferenciadas e certamente incluem tarifas especiais para grupos, escolas, ONGs e outros.

Taxas de entrada diferenciada precisariam de ser tributadas a partir de uma análise dos visitantes da AP em geral e da vontade de pagar. Como na maioria dos casos, quando as taxas são cobradas, o mecanismo legal e financeiro adequado precisa ser posto em prática, a fim de garantir que os recursos arrecadados sejam canalizados para o nível central da autoridade área protegida (AAAP) e, a partir desta entidade, retornados às áreas protegidas, em forma de gestão da conservação e investimentos.

Concessões e serviços de turismo (operadores de turismo, ONG local).

Poucas concessões localizadas ou a funcionarem dentro de áreas protegidas em Cabo Verde são tributadas ou afixadas taxas de utilizador adequadas.

Dado o potencial que os serviços de turismo podem ter dentro de muitas APs nas ilhas de Boa Vista, Sal e Maio, é justo esperar uma contribuição significativa destas “concessões” para gerar receitas e também permitir o controlo e regulação da utilização dos recursos, juntamente com a prevenção e mitigação de potenciais impactos ambientais negativos.

Neste caso, três grupos de serviços são identificados e avaliados ao nível de pré-viabilidade: (i) Nas ilhas da Boa Vista e Sal operadores de serviços turísticos- mais especificamente observação de baleias e observações de

tartarugas marinhas, são ONGs como a “Natura 2000 “Turtle Foundation” e “SOS Tartaruga” em parceria com operadoras de hotéis e *resorts*. Embora, em alguns casos, estas ONG “retornam” voluntariamente parte das receitas geradas por essas actividades à administração de áreas protegidas, tanto em espécie como em dinheiro, estes acordos têm de ser regulados, negociados, e administrados para o maior benefício da área protegida tanto financeiramente, bem como em termos de acções de conservação e pesquisa científica, muitas vezes tidos como principais objectivos dessas organizações não- governamentais; (ii) Existem outros serviços potenciais associados a passeios de Moto-4, bicicleta e passeios de moto, passeios de jeep e “safaris” em praias e dunas, *kite-surf* e outros desportos relacionados que actualmente ocorrem dentro da área protegida e têm um impacto sobre os ecossistemas frágeis neles contidos; (iii) Há, então, o potencial dos serviços de “associados”, tais como restaurantes, armazenamento e manutenção de equipamentos e outros serviços que não só necessitam de regulamentação, mas também, mais significativamente, poderiam tornar-se importantes fontes de renda como “concessionárias autorizadas a operar” dentro do AP e dentro de normas claras estabelecidas pelo plano de gestão da AP.

Dado que a “exploração” de serviços turísticos (especialmente a observação de tartarugas marinhas e baleias) já gerou conflitos é urgente começar a renegociação destes contratos para se tornarem “concessões formais”. Novamente, como no caso anterior, os mecanismos legais e financeiros adequados precisam ser postos em prática, a fim de garantir que as taxas cobradas sejam canalizadas para o nível central da autoridade autónoma das áreas protegidas (AAAP), e a partir desta entidade, serem retornadas às áreas protegidas em formas de gestão da conservação e investimentos. Essas concessões deveriam envolver todas as partes, incluindo as comunidades que não só não devem ser excluída da oferta desses serviços, como também devem ser encorajadas e treinadas para fazê-lo de forma competitiva e adequada.

Serviços relacionados com o turismo devem operar sob padrões mínimos de qualidade e, no caso de potenciais efeitos sobre espécies ameaçadas de extinção e / ou ecossistemas frágeis (tanto terrestres como marinhos) devem: (i) garantir que não haja impacto negativo, (ii) garantir o equipamento adequado e operação do veículo, (iii) garantir a adesão a regras estritas de utilização dos recursos, como trilhas, o tempo da visita, as distâncias de observação e gestão de resíduos, entre outros, (iv) colaborar na recolha de dados científicos, e (v) investir em infraestrutura, manutenção e equipamentos de seguimento e vigilância em coordenação e em colaboração com as autoridades do parque. A estimativa do potencial das concessões para gerar receitas, dada à falta de experiência prévia e um inventário de tais serviços nas ilhas de Boa Vista e Sal, é um exercício muito difícil.

Com base em experiências noutras partes do Caribe, Belize, Costa Rica e Colômbia e, mais importante, com base na quantidade actualmente “doada” pela Naturalia¹⁹

¹⁷Os planos de Gestão para as Áreas Protegidas nas ilhas de São Vicente e St Antão preveem um orçamento de receitas pela colecta de taxa de entrada.

¹⁸As APs seguintes incluíram a estimativa: Serra Malagueta, todas as AP das ilhas do Sal, Boa Vista, Maio, Fogo, São Vicente e Santo Antão. A média da taxa de entrada é estimada em 1 euro por visitante (incluindo crianças e estudantes).

¹⁹Naturalia é uma empresa privada que gere, em nome da Natura 2000, o negócio de turismo, essencialmente observação de baleias e tartarugas na ilha da Boa Vista



para a gestão de áreas protegidas através da rede Natura 2000, poderia certamente equivaler a, pelo menos, 800,000 a 1000.000 de dólares americanos por ano.

Um aspecto especial deste tipo de fonte potencial de receita é representado pelas comissões sobre os produtos e artefactos únicos produzidos dentro das áreas protegidas. Produtos como o vinho e bebidas destiladas (*grogue, brandy*) produzidos em *Chã das Caldeiras* dentro do Parque Natural do Fogo e da região circundante poderiam receber um “rótulo DOC”²⁰ para a sustentabilidade e “origem única” dentro desta área protegida. Um rótulo DOC semelhante poderia ser aplicado ao café que cresce em torno das áreas protegidas nas ilhas de Santo Antão e Fogo, bem como ao sal tradicional produzido nas ilhas de Boa Vista e Sal.

A viabilidade de um rótulo DOC para vinho e brandy do Fogo, o café de Santo Antão e do Fogo e sal da ilha do Sal e da Boa Vista como “produtos DOC” deve ser mais explorada, pois mesmo uma pequena percentagem do aumento do preço de venda²¹ para esses produtos poderia percorrer um longo caminho no apoio à gestão de áreas protegidas nessas ilhas.

Visto de turismo (taxa de sustentabilidade ambiental)

O custo actual de um visto de turista para Cabo Verde é de 25 Euros por visita: um montante relativamente muito baixo. Se adequadamente explicado aos turistas (por exemplo com cartazes atraentes e mensagens de entrada no aeroporto e nas áreas de imigração) este trabalho estabeleceu através de pesquisas turísticas informais e entrevistas que um custo adicional de 2,0 euros por visto seria “mais aceitável” e a maioria dos turistas estariam mais do que “dispostos a pagar”. Se assumirmos uma meta para entradas de turistas estrangeiros (Plano de Turismo, 2010) em 500,000-600,000 visitas por ano até 2013 (meta já alcançada), esta taxa sobre a “área protegida / património natural” agregado ao custo de um visto de entrada, produziria um montante de 1.300.000 a 1,8 milhões de dólares americanos por ano.

Mais uma vez, o que representa uma fonte “acessível” de renda, se adequadamente “explicada” para que os turistas entendam claramente que ela irá beneficiar áreas protegidas e conservação da biodiversidade (terrestre e marinha), endemismo e serviços dos ecossistemas.

Da mesma forma, uma estratégia de marketing adequada implementada no ponto de entrada (área de imigração dos aeroportos) seria: (a) otimizar a aplicação deste imposto com nenhum prejuízo para as entradas de turismo, e (b) contribuir na criação duma imagem de entrar num país “amigo do ambiente “. Mais uma vez, os mecanismos legais e financeiros adequados precisam ser postas em prática, a fim de garantir que as receitas de impostos arrecadados serão canalizados para o nível central da autoridade autónoma das áreas protegidas (AAAP), e a partir desta entidade retornadas às áreas protegidas ao nível da gestão da conservação e investimentos.

A estratégia acima referida está bem desenvolvida e explorada em Costa Rica e Belize, entre outros países e devem ser implementadas em Cabo Verde, em conjunto com elementos de marketing do plano estratégico de desenvolvimento do turismo 2010-2013. É importante acrescentar que países como a Costa Rica tem vindo a recolher um percentual do preço da gasolina como um “imposto de compensação de carbono”, ou imposto ambiental gerando recursos financeiros muito significativos, que são destinados à proteção ambiental, reflorestação (sequestro de carbono), restauração do ecossistema e gestão de áreas protegidas.

Em Cabo Verde, dado ao relativo alto preço da gasolina e carros, é provável que esse imposto não seja politicamente e economicamente viável. No entanto, a sua utilização noutros países, mostra que os impostos directos sobre a gasolina e/ou uso do automóvel poderia no futuro contribuir significativamente para a gestão e conservação de áreas protegidas. Estas medidas requerem uma análise dos regimes fiscais existentes, políticas fiscais e normas, a fim de inserir essa potencial fonte de renda num mecanismo financeiro adequado que assegure que a colecta e distribuição desses impostos sejam directamente canalizados para a Autoridade Autónoma da Área Protegida, uma vez estabelecida. Na verdade, o quadro jurídico para estabelecer esta Autoridade deveria incluir estas disposições financeiras.

Taxas Aeroportuárias (viagens internacionais)

De acordo com a ASA (Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea), o número de passageiros que utilizaram os aeroportos em 2011 foi de 1,78 milhões (um aumento significativo em relação ao ano anterior).

Desse total, cerca de um milhão (901,000) envolveu viagens internacionais. Estes passageiros são: (a) os visitantes estrangeiros e turistas; (b) os nacionais que viajam para o estrangeiro; e (c) os nacionais que vivem no exterior (*diáspora*). Se for adequadamente articulado, como parte da imagem do país “... que protege seu património natural e cultural para o benefício do planeta ...” uma taxa de sustentabilidade ambiental poderia ser incluída na taxa aeroportuária existente e gerar uma receita significativa para o sistema de áreas protegidas de Cabo Verde.

A taxa aeroportuária existente é uma taxa relativamente (e comparativamente) baixa, incluída nos bilhetes de passageiros e utilizada nas operações aeroportuárias e de manipulação e serviços de passageiros. Se apenas 1,0 Euro for adicionado a cada saída do aeroporto internacional, esta fonte de financiamento poderia gerar, pelo menos, 1.100.000 dólares por ano a partir de 2014. Assim como no caso da maioria dos mecanismos fiscais, essas receitas são dependentes de ciclos económicos e condições económicas globais. No entanto, os fluxos turísticos, em especial “turismo em massa” tem-se mostrado relativamente resistente às dificuldades económicas na Europa e nos EUA.

Análise aprofundada desta fonte de financiamento não pôde ser concluída neste momento (mas precisa ser feita no futuro próximo) por causa da falta de informações detalhadas e actualizadas de fontes oficiais e de confiança. Em relação a outras fontes fiscais de financiamento,

²⁰DOC – Denominação de Origem Controlada- etiquetas muito comum em vinhos, cafés e outras especialidades de produtos alimentícios

²¹Os produtos DOC associados às áreas protegidas e produtos associados a programas de conservação da biodiversidade carregam um preço “premium” nos mercados europeus e americanos, enquanto as demandas por esses produtos vem crescendo de maneira significativa (Conservation International, 2012).

é importante mencionar que a importação de bebidas engarrafadas e água para o arquipélago (a maioria dos bens consumidos em Cabo Verde são importados) pagam um “imposto ambiental”, que de uma forma correcta é alocado (directamente ou através do fundo de meio ambiente) para os órgãos municipais para a gestão e tratamento adequada dos resíduos.

Imposto imobiliário “sustentabilidade” (imposto sobre transacções)

A construção de casas de praia, casas de férias e complexos habitacionais nas ilhas de Boa Vista e Sal tem tido um impacto muito significativo nos recursos marinhos e terrestres, em alguns casos, para além da capacidade de carga e a capacidade dos ecossistemas afetadas recuperarem o seu funcionamento ecológico (dunas, praias e lagoas). Além disso, o surgimento do investimento especulativo conduzido até então pela prática financeira insustentável e a bolha imobiliária no sudoeste Europeu, produziram desenvolvimentos turísticos que “invadiram” as áreas protegidas, afetaram os ecossistemas marinhos frágeis e sensíveis e comprometeram os recursos terrestres cruciais à reprodução das tartarugas marinhas e recursos piscatórios, entre outros.

Há, portanto, uma grande justificativa para se cobrar uma significativa “sustentabilidade fiscal” em todas as transações imobiliárias, especialmente aquelas envolvendo investimentos estrangeiros, propriedade estrangeira, apartamentos e casas de praia pertencentes á estrangeiros e aquisição e vendas de terrenos resultados de especulação. A colecta na prática de tal imposto, no entanto (no topo da transação já existentes e impostos sobre a propriedade) é bastante difícil e politicamente complicado. Além disso, o colapso do mercado imobiliário no sul da Europa e a crise financeira em todo o continente têm reduzido os investimentos no desenvolvimento do turismo nas ilhas (especialmente os mais especulativos) para uma fracção menor ao qual costumava ser há alguns anos.

O potencial para obter receitas significativas a partir dessas transações imobiliárias é, assim, actualmente muito pequeno, especialmente considerando os arranjos institucionais complexos envolvidos e os mecanismos de cobrança dispendiosos. Estes “impostos” devem, porém, ser analisados como possíveis medidas para “compensar” os impactos sócio-culturais, económicos e ambientais deste tipo de desenvolvimento turístico e avaliadas para implementação futura, se alguma vez, esses tipos de investimentos estrangeiros forem retornados a favor das ilhas. Estas taxas tributárias ambientais e sócio-culturais deveriam evitar os impactos negativos originados dos padrões de desenvolvimento de habitações caóticas do passado.

Em todo o caso, os recursos colectados a partir da “taxa da sustentabilidade imobiliária” deveriam ser direccionados para fortalecer as capacidades de urbanização e ordenamento do território a protegidas. Apesar das considerações acima, nenhuma estimativa desta fonte de receita para o sistema de áreas protegidas de Cabo Verde foi realizada até este momento.

Neste caso, antes de se implementar esta “taxa ambiental” associada às transacções imobiliárias, três etapas são

necessárias: (1) uma avaliação do quadro normativo com as reformas legais correspondentes, (2) um estudo de mercado avaliando o potencial e o comportamento do mercado imobiliário face ao apoio à sustentabilidade das áreas protegidas (incluindo uma análise sobre a “vontade de pagar”) e (3) o desenho dos mecanismos de implementações desde os instrumentos de colecta até a distribuição das receitas pelos canais apropriados, tendo a Autoridade Autónoma das Áreas Protegidas no centro.

Pagamento pelos Serviços Ecosistémicos (PSA)

Em muitos países, como Costa Rica, Colômbia e Panamá, por exemplo, o pagamento pelos serviços ecosistémicos representam uma fonte significativa de financiamento para as áreas protegidas. Uma pequena taxa de utilizador de água (como a percentagem de água utilizada por cada cliente) é adicionada na Colômbia para o custo total da água distribuída pelos sistemas de abastecimento de água para a água produzida em “Páramo” e áreas florestais das montanhas altas. Estes ecossistemas protegidos, literalmente “fábricas de água”, a grande altitude, captam água de chuva, do nevoeiro condensado e armazenam água no musgo, nos ecossistemas de plantas dominadas por epífitas, líquenes aveludados e funcionam como esponjas naturais de água, o que justifica o “pagamento pelos serviços ecosistémicos” cobrado na conta de consumo de água.

Um imposto semelhante é aplicado para a geração de energia a partir de centrais hidroeléctricas, que dependem da água produzida e armazenada em ecossistemas florestais e bacias hidrográficas protegidas. Na verdade, uma pequena percentagem de cada kw/h de electricidade produzida por estes sistemas é atribuída em coordenação com as autoridades ambientais regionais, para a gestão da bacia hidrográfica e para a protecção destes ecossistemas críticos. Uma “taxa de uso da água” também é aplicada na Colômbia por grande produtores de cana-de-açúcar e de arroz ao longo dos vales fluviais do Cauca e Magdalena, a fim de apoiar: (a) a gestão de bacias hidrográficas; (b) a conservação dos ecossistemas críticos de montanhas altas; e (c) para sustentar a produção de serviços ecosistémicos.

O pagamento pelos serviços ambientais também são utilizados de forma eficaz em Belize, Costa Rica e Honduras para apoiar, com receitas significativas, sistemas de áreas protegidas nesses países. Em Cabo Verde, no entanto, o já alto custo da energia eléctrica (produzida principalmente pelos geradores a diesel e cerca de 27% pelas fontes renováveis, como eólica e solar) não permitiria uma taxa de PES nem é politicamente justificável, nem economicamente viável. Uma análise similar pode ser feita para um “pagamento pelos serviços ambientais” relacionados com a produção de água. A maioria do abastecimento urbano de água é produzida pelas usinas de dessalinização que utilizam combustíveis fósseis e apenas pequenos sistemas de abastecimento de água rural, na verdade, dependem da capacidade das bacias hidrográficas para sustentar a produção de água e retenção. No futuro, no entanto, uma taxa sobre combustíveis fósseis utilizados para gerar electricidade ou para o transporte poderia justificar uma “taxa de carbono” a ser reinvestido em fontes alternativas de energia e, eventualmente, em áreas protegidas, como parte das estratégias de protecção das bacias hidrográficas.

Além de energia e água, os ecossistemas protegidos são fundamentais para a agricultura, principalmente a agricultura baseada na irrigação que é uma prática comum em Cabo Verde, especialmente nas ilhas de Santiago, São Vicente e Santo Antão. A água utilizada no sistema de irrigação é obtida a partir de poços em vez de rios e riachos, assim, a correlação directa entre a agricultura e gestão de bacias hidrográficas e protecção do ecossistema é muito menos evidente. Este factor, aliado à competitividade marginal do sector da agricultura irrigada em Cabo Verde, faz da colecta de tal pagamento, pela cobrança de serviços ecossistémicos, um assunto bastante complicado e inviável pelos altos custos de energia para o bombeamento.

Finalmente, a qualidade da paisagem e os cenários são valores inerentes aos ambientes das montanhas, zonas costeiras e das paisagens marinhas e, como tais, uma parte muito importante do património natural e do encanto próprio do arquipélago. Estes valores abundam no sistema de áreas protegidas de Cabo Verde, mas a sua tributação e pagamento correspondente para o acesso e uso é complicado e a colecta inviável, excepto através de taxas de entrada nas áreas protegidas (Monte Verde, Serra Malagueta, Monte Gordo e Fogo).

Sector da pesca (artesanal e semi- industrial)

O sector das pescas, artesanal e semi- industrial, e a extracção dos recursos pesqueiros das zonas marinhas e costeiras de Cabo Verde, representa uma fonte potencial de rendimento para as áreas marinhas protegidas do país. Mas, em vez de cobrar de taxas e gerar receitas através de cobrança dos impostos, há três aspectos desta indústria que convém analisar como potenciais fontes de apoio para as áreas protegidas no país:

(a) o registo de barco e licenças de funcionamento; (b) a venda de peixe fresco para estâncias turísticas; e (c) a colaboração na protecção de áreas marinhas protegidas e na aplicação de zonas de exclusão, áreas interditas à pesca e controlo dos recursos haliêuticos. De acordo com o Ministério da Pesca e o INDP, os números de pescadores artesanais e de barcos motorizados utilizados nas atividades de pesca estão a crescer, especialmente nas ilhas de Santiago, Santo Antão e São Vicente.

O censo de 2011 inventariou 3.717 pescadores artesanais e 1092 semi- industriais, que utilizam 1.330 barcos e apanham um total de mais de 9.400 toneladas de peixe por ano. A venda das capturas de pescado, por pescadores artesanais também está a aumentar, como resultado do aumento da procura do sector do turismo. É óbvio que o crescimento da procura e aumento nos totais de capturas exercem pressões crescentes sobre os recursos marinhos, principalmente dentro das 3 (três) milhas náuticas da área reservada para os pescadores artesanais.

Como as áreas protegidas albergam a maior área de reprodução e de alimentação no arquipélago, os pescadores precisam garantir a sustentabilidade das suas práticas de extracção, colaborando na gestão das áreas protegidas, sobretudo na execução de zonas de exclusão e de outras áreas de gestão especiais e de patrulhamento.

Um aumento no custo para as licenças de operações dos barcos, capturas de peixes e vendas foi também

considerado, mas a quantidade que esse aumento poderia gerar não seria significativo o suficiente para justificar os complicados mecanismos de colecta, a resistência por pescadores tradicionais que utilizam barcos não motorizados e o *marketing* local da captura de peixe. É portanto, bastante mais simples e sensato “engajar” os pescadores artesanais e semi- industrial na partilha de responsabilidades de gestão, para as áreas marinhas protegidas e o patrulhamento de zonas de exclusão e áreas de não-captura. Eventualmente, uma vez que estes mecanismos são desenvolvidos e implementados, seria viável avaliar o seu “valor” e, assim, estimar a sua contribuição “indirecta” ou “em espécie” para a conservação dos recursos marinhos e a gestão e protecção de áreas marinhas protegidas.

Navio de Cruzeiro e sector de transporte marítimo

De acordo com a ENAPOR (2011), a indústria de navios de cruzeiro cresceu exponencialmente nos últimos anos, tanto em termos de “escalas” como em número total de turistas transportados pelos navios de cruzeiro. Além disso, este sector da indústria do turismo parece ser mais resistente às crises económicas e financeiras na Europa e nos EUA.

A ENAPOR²² considera bastante viável recolher uma contribuição voluntária ou mesmo obrigatória para a protecção dos recursos marinhos em áreas marinhas protegidas, como parte do custo total da experiência de cruzeiro, especialmente se os turistas recebem materiais de informação (brochuras, folhetos e cartazes), bem como *on-site/on-boat*, palestras educativas sobre o trabalho de conservação que está sendo feito, a biodiversidade marinha protegida e a beleza única e a qualidade dos recursos submarinos, assim como áreas de reprodução de baleias jubarte e as praias de desova das tartarugas marinhas.

Os navios de cruzeiro trouxeram à costa e aos portos de Cabo Verde, mais de 10 mil visitantes em 2012 e pelo menos 20 mil são esperados em 2013. Uma “contribuição voluntária” ou “cobrança para a conservação de baleias e tartarugas marinhas nas Áreas Marinhas Protegidas”, no mínimo de 2 euros por visitante, poderia gerar, pelo menos, 100.000 a 120.000 dólares por ano para o sistema das áreas protegidas do Arquipélago, com expectativa razoável de crescimento exponencial juntamente com o crescimento da indústria de navios de cruzeiro.

Na indústria do transporte marítimo, está também a crescer a circulação de mercadorias, graças à melhoria das infra-estruturas portuárias de Cabo Verde. O potencial desta indústria contribuir para a protecção do ecossistema (especialmente as reservas marinhas) devia ser explorado em termos de encargos (cobranças) voluntários, corporativos ou compulsórios, por MT (carga geral) ou TEU (contentores) transportados e deslocados em todo o arquipélago.

Cooperação internacional, contribuições dos países doadores e doações

É esperado, e é bastante provável, que as áreas protegidas em Cabo Verde, por causa das suas qualidades únicas e

²²Encontro com o presidente do conselho da administração da ENAPOR (PCA).

da sua importância global da biodiversidade insular, vão continuar a receber apoio do GEF (Fundo Global para o Ambiente), através do PNUD, Banco Mundial e BDA. Outros doadores, como a União Europeia e os programas bilaterais da Alemanha (KfW), Grã-Bretanha, EUA e outros países europeus/escandinavos também vão continuar a apoiar o trabalho de conservação, especialmente voltado para os recursos marinhos, espécies ameaçadas e modelos de adaptação às mudanças climáticas. Baseado nos dois projetos anteriores do GEF e o novo projeto que está na fase de preparação com intervenção dos técnicos da DGA, pode-se estimar que o valor total da cooperação internacional, para as áreas protegidas, continuará a ser na ordem dos 1,2 milhões e 1,5 milhões dólares por ano, pelo menos para os próximos cinco a oito anos (2020). Naturalmente, este valor pode variar e não é constante, com tendência para diminuir com o tempo.

Doação do sector privado, responsabilidade social corporativa e subsídios das ONGs

Este grupo de potenciais fontes de financiamento das áreas protegidas envolve um número de doadores do sector privado que podem contribuir de forma muito significativa para a gestão e conservação de áreas protegidas. Isto, contudo, exige também um grande esforço e investimento em “marketing” para atrair esses potenciais doadores como: (a) empresas que operam dentro e fora do arquipélago com interesses em desenvolver negócios e mercados em Cabo Verde (operadores turísticos internacionais, como os grupos TUI, Meliá entre outros, e os operadores de telecomunicações, tais como UNITEL e operadores de companhias aéreas como a Thomson ou TACV); (b) patrocinadores privados de áreas protegidas para a construção de uma imagem “verde” ou amigo do Ambiente” para os seus produtos e serviços; (c) as ONGs dispostas a investir na proteção de espécies e habitats, como no caso das tartarugas marinhas e baleias (Natura 2000, Turtle Foundation, SOS Tartarugas, WWF e Fauna and Flora International, entre outros); e (d) entidades do sector financeiro (bancos, entidades de crédito, agências imobiliárias) interessados em estabelecer negócios em Cabo Verde.

Muitas empresas estão também comprometidas como parte da sua “responsabilidade social corporativa” (CSR) a contribuir para o desenvolvimento ambiental e social e poderia representar uma contribuição significativa e fonte de financiamento para as actividades de gestão, conservação e infraestrutura das áreas protegidas. Se apenas 20 empresas fossem consideradas em termos de: (i) marketing para obter doações que definem a sua imagem corporativa (TUI, UNITEL, Thomson Linha Aérea); (ii) a responsabilidade social corporativa (Coca Cola, BonÁgua, Água Brava, BCA); e (iii) os patrocínios de empresas de actividades específicas dentro das áreas protegidas (como patrocínio de uma equipa desportiva), pelo menos, 0,9 milhões a 1,2 milhões dólares poderiam ser gerados anualmente.

Finalmente, um fluxo potencialmente significativo de financiamento para áreas protegidas, poderia ser gerado com a participação da população de Cabo Verde que vive no exterior (diáspora). Cidadãos cabo-verdianos que vivem no estrangeiro e descendentes de imigrantes nos EUA e Europa têm um histórico, comprovado pela história recente, de apoiar actividades de desenvolvimento económico e social do arquipélago.

Novas iniciativas que envolvem a imagem de um “arquipélago amigo da natureza” “ poderia promover “ festivais do património natural” e feiras “saúde”, entre outras iniciativas que apoiam directamente as actividades de conservação e investimentos em áreas protegidas de Cabo Verde. Neste caso, as áreas protegidas deviam ser estreitamente associadas (a) ao património cultural das ilhas (músicas, danças, artes e ofícios) e (b) a existência de “exemplos de vida” de adaptações das mudanças climáticas nas ilhas de Santo Antão, Fogo e outras. Como nos casos anteriores, esta possibilidade de financiamento precisa ser determinada e avaliada em termos de: (a) quadro legal e normativo; (b) análise do mercado e estratégia de marketing e (c) à mecanismos adequados para colectar as receitas geradas e a canalização posterior para o Sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde.

Reserva da Biosfera nas ilhas do Fogo e Santo Antão

A este respeito, uma iniciativa que poderia beneficiar muito a estratégia de sustentabilidade financeira, para as áreas protegidas de Cabo Verde envolve a aplicação (pelo Governo de Cabo Verde) e da declaração pela UNESCO do estatuto da Reserva da Biosfera das ilhas do Fogo e Santo Antão. Estas duas ilhas contêm não apenas exemplares únicos de biodiversidade e endemismo, mas também, extraordinários exemplos de “adaptação humana às mudanças climáticas” e ambientes extremos. Ao longo dos séculos, as pessoas nestas ilhas desenvolveram estratégias de sobrevivência, nomeadamente: (a) usam sistemas agrícolas baseados em terraços sofisticados para a produção de culturas alimentares e das bases para uma economia sustentável; (b) desenvolveram conhecimentos e técnicas para sustentar a pesca em condições extremas; (c) utilizaram a captura única de água, armazenamento e técnicas de reciclagem que permitem que as comunidades humanas sobrevivam à ciclos de seca e calor extremo; e (d) construíram reservas florestais para abastecer de forma sustentável os recursos em combustíveis lenhosos e em serviços dos ecossistemas, que por sua vez, sustentam a produção de água e atraem o turismo.

Não há dúvida de que um esforço concertado entre as entidades governamentais de Cabo Verde (MAHOT, Ministério do Desenvolvimento Rural, Ministério do Turismo, Ministério da Educação e Ministério da Cultura, etc.) que obedeça os critérios de Reserva da Biosfera das ilhas do Fogo e Santo Antão, produziria a curto prazo, a declaração, por parte da UNESCO, destas reservas e, conseqüentemente: (a) chamaria a atenção e captaria fundos internacionais que seriam utilizados para mostrar convivência sustentável entre o homem e o ambiente natural e (b) atrairia novos doadores (Reino Unido, EUA) interessados em “aprender” a partir de exemplos existentes de adaptação humana às mudanças climáticas. Em conclusão, o esforço envolvido na obtenção da declaração de Reserva da Biosfera²³ pela UNESCO para ilhas de Fogo e Santo Antão, seria rapidamente compensado pelos ganhos em matéria de cooperação internacional, assistência técnica e financiamento para as comunidades e áreas protegidas nestas ilhas.

²³O conceito de Reserva da Biosfera, conforme definido pela UNESCO, no Programa Homem e Biosfera, centra-se justamente em mostrar que a convivência sustentável entre o Homem e o ambiente natural é possível e existe.

Não é fácil estimar estas oportunidades de financiamento, mas, com base em experiências semelhantes na América Central e do Sul, poderia ser assumida na ordem de 600,000 a 1,0 milhão dólares por ano. Esta potencial fonte de financiamento exige uma análise profunda, quanto: (a) a experiência acumulada da DGA que deve ser contabilizada no processo de criação de uma Reserva da Biosfera em Cabo Verde; (b) sejam incluídos na análise, os custos administrativos e de preparação (visitas de comissões, consultorias especializadas, etc.) e (c) devem ser analisadas também as implicações socio-políticas de criação e gestão de uma “reserva da biosfera”, incluindo vilas e cidades por meio de uma autoridade supra- municipal.

Troca da dívida pela conservação da natureza

Costa Rica, Honduras, Guatemala, Belize e Colômbia, entre outros países, conseguiram garantir uma fonte de financiamento a longo prazo - de áreas protegidas através da “troca” da dívida pública (entidades de financiamento bilaterais, como a USAID, KFW), em troca pelos investimentos e apoio de áreas protegidas e conservação da biodiversidade. Além disso, como no caso do *Fondo para la Acción Ambiental y la Niñez* na Colômbia (www.fondoaccion.org), os objectivos de conservação são voltados para atividades que protegem as crianças, especialmente em comunidades rurais e vulneráveis. Este fundo foi criado em 2000 como parte de uma “troca de dívida pela conservação da natureza” com os EUA, através da Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA ou (USAID) e ONGs internacionais. Em 2005, outra troca de dívida pública pela conservação da natureza, com os EUA, levou à criação do “*Fondo Patrimonio Natural*” (www.patrimonionatural.org.co) especificamente dedicado a apoiar as actividades das ONG em nome da conservação da biodiversidade e gestão das áreas protegidas.

Com base em dados do Banco de Cabo Verde (Banco Central) e pelo FMI (2011), a dívida pública do país a partir de fontes bilaterais e multilaterais, equivale cerca de 70 milhões de dólares, sendo a dívida pública total de 900 milhões de dólares.

Se uma troca de dívida pela conservação da natureza pudesse ser negociado com o país doador para uma quantidade de 30 a 40 milhões de dólares, um fluxo sustentável de financiamento no valor de 1,5 milhão a dois milhões dólares anual poderia ser gerado para apoiar as atividades de conservação e gestão sustentável, bem como a operacionalização das áreas protegidas em Cabo Verde.

A viabilidade desta fonte de financiamento exige uma série de etapas, incluindo: (a) análise da estrutura da dívida pública e as obrigações financeiras associadas; (b) as negociações preliminares com instituições de crédito (bilateral) para estabelecer vontade de “troca” da dívida para a conservação ambiental; (c) desenvolvimento de mecanismos financeiros, arranjos institucionais e parâmetros técnicos para se configurar e gerir um “Fundo” para as áreas protegidas (um fundo semelhante ao Fondo Patrimonio Natural é um mecanismo fundamental de financiamento para o sistema de AP da Colômbia); e (d) estratégia coordenada para reunir apoio político, pôr em prática a estratégia financeira do fundo e estrutura institucional, e implementar mecanismos de desembolso eficazes e eficientes em prol da conservação da biodiversidade e áreas protegidas em Cabo Verde.

Resumo das potenciais fontes de financiamento

Como analisado nas secções anteriores, há um número de potenciais fontes de financiamento disponíveis para o financiamento sustentável das áreas protegidas e gestão de conservação. Algumas destas fontes são viáveis e alcançáveis a curto prazo, outras só serão consideradas como fontes potenciais para o futuro, quando houver mudanças de condições económicas e for operacionalizada a estrutura institucional de gestão, para que possa aproveitar estas oportunidades.

A Tabela 9 mostra um resumo destas potenciais fontes de financiamento. Com o tempo projectado ao longo dos próximos sete anos (2013-2020), estas fontes potenciais de financiamento poderiam: (a) gerar um fluxo crescente de recursos financeiros para a gestão das áreas protegidas, provenientes das fontes diferentes daquelas que caracterizam a actual estrutura financeira, totalmente dependente do financiamento do Governo e da Cooperação Internacional (GEF, PNUD); (b) contribuir significativamente para sanear a lacuna de financiamento existentes para as áreas protegidas; (c) diversificar as fontes de financiamento para a conservação ambiental em Cabo Verde, e assim, aumentar a sustentabilidade ao longo do tempo e a resistência a ciclos financeiros e crises; e (d) por último, mas não menos importante, o engajamento do Governo de Cabo Verde, em financiar até 50% a nova entidades pública, nomeadamente a Autoridade Autónoma das Áreas Protegidas, que será encarregue da conservação do património natural do país.

Potenciais fontes de financiamento para as Áreas Protegidas	Montante estimado (US\$/ano)	Condições prévias, os requisitos de investimentos e comentários
Taxas de entrada nas áreas protegidas e taxas de utilização especial	50.000	Mecanismo de colecta de taxas nas infraestruturas
Concessões e serviços turísticos (operadores de turísticos, ONGs locais)	800.000	As negociações, supervisão e auditoria
Visto de turismo (taxa de sustentabilidade ambiental)	1.300.000	Vontade e negociações políticas
Taxas de aeroporto (viagens internacionais)	1.100.000	Vontade e negociações políticas
Imposto imobiliário "sustentabilidade" (imposto sobre transacções)	0	Melhoria dos contextos financeiros e imobiliários (*)
Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) (sector de energia, água e agricultura)	0	A energia gerada a partir de combustíveis fósseis, água obtida de poços e sistemas de dessalinização e agricultura marginal não envolvem PES
Sector da pesca (artesanal e semi-industrial)	0	Contribuições "Em espécie" como os pescadores poderiam colaborar na protecção, fiscalização e seguimento
Navio de Cruzeiro e sector de transporte marítimo	100.000	Potencial de crescimento tende a aumentar substancialmente
Cooperação internacional, contribuições de países doadores e doações	1.200.000	Investimentos previsíveis do GEF, da UE e do PNUD
Doações privadas, responsabilidade social corporativa, ONGs e da diáspora	900.000	20 Empresas a melhorar a sua imagem corporativa; exige estratégia de marketing e de investimento e participação da diáspora
Reserva da Biosfera das ilhas do Fogo e Santo Antão	600.000	Esforço institucional coordenado
Troca de dívida pela conservação da natureza	1.500.000	Vontade e negociações políticas
Total	7.550.000	Desse total acrescenta-se apenas as estimativas mais baixas

Tabela nº 9: Resumo das potenciais fontes de financiamento para as Áreas Protegidas

(*) Para o momento estimada em 0, mas com um potencial significativo, se as condições mudarem e / ou tornarem-se favorável.

Estas potenciais fontes de financiamento representados no gráfico abaixo (ver figura 4 abaixo) mostram claramente o grau de sustentabilidade que o Sistema das Áreas Protegidas poderia alcançar se todos, a maioria, ou muitas das principais fontes de financiamento pudessem ser aproveitadas para contribuir para a gestão da conservação em Cabo Verde. Notável no gráfico, é a ausência de financiamento do Governo que actualmente representa uma grande parcela de apoio financeiro para gestão das Áreas Protegidas. As importantes fontes potenciais de financiamento estão claramente relacionadas com o turismo, viagens e cooperação internacional, e todas dependem, em certa medida, da economia global e da situação financeira mundial.

Estas fontes potenciais também dependem da vontade política (do país) para promulgar regulamentos, muitas vezes politicamente sensíveis, e aplicá-las adequadamente (na entrada e saída do aeroporto, por exemplo). As trocas da dívida pela conservação da natureza constituem uma potencial fonte de financiamento quando a dívida externa acumulada ao longo do tempo a partir de fontes bilaterais²⁴ é negociada ou “trocada” pelos investimentos na conservação e gestão ambiental e depositados em fundos de conservação ou áreas protegidas, especialmente criados para funcionar como mecanismos de financiamento à conservação.

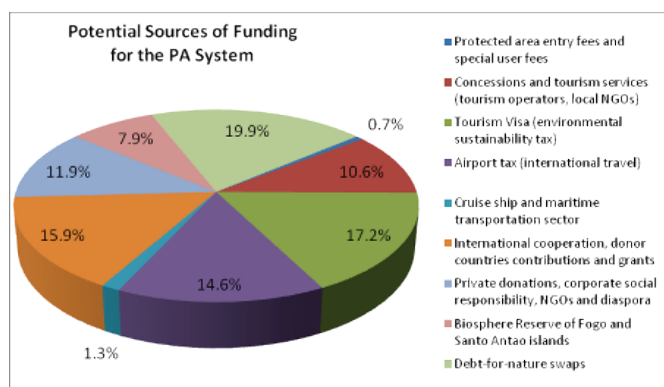


Figura nº 4 - Mecanismos de fontes potenciais de financiamento da AP (% de distribuição).

Esta modalidade de financiamento foi negociada com sucesso e implementada e tornou-se uma importante fonte de recursos financeiros para a conservação e gestão de áreas protegidas na América do Sul (Colômbia, Peru, Equador e Bolívia) e Central. Estas negociações e acordos dependem das agências governamentais e bancos centrais.

Os bancos geralmente envolvem uma análise prévia significativa e vontade política que, nas condições actuais de Cabo Verde, poderia ser uma possibilidade bastante favorável.

E finalmente, existem potenciais fontes de financiamento, tais como o “imposto imobiliário sobre as transacções” ou o pagamento por serviços ambientais (PSA), que, por um lado dependem de uma pesquisa e análise sofisticada (definição e avaliação de serviços ambientais, por exemplo) e por outro lado, dependem da dinâmica do sector do turismo e da vontade política de intervir em operações que envolvem investimentos estrangeiros e remessas do exterior (ambas as questões políticas e económicas são delicadas).

²⁴As agências multilaterais de financiamento, tais quais o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento normalmente não perdoam a dívida e, portanto, não negociam trocas da dívida, mas estas agências de desenvolvimento multilaterais e agências da ONU podem ser uma fonte significativa de cooperação técnica “não reembolsável” para a gestão das Áreas Protegidas

A figura 4 acima e a figura 5 na página seguinte, mostram a importância “reduzida” das taxas de entrada nas Áreas Protegidas e taxas de ancoragem de navios cruzeiros (por passageiro) como possíveis fontes de financiamento das Áreas Protegidas (com apenas 0,7% e 1,3%, respectivamente) em relação às outras potenciais fontes de financiamento, especialmente o imposto de visto de turismo (entrada), o imposto de viagens internacionais (saída) e as trocas de dívida pela conservação da natureza, que podem gerar recursos potencialmente muito significativos para financiar a conservação em Cabo Verde.

Esta observação é importante, a fim de: (i) estabelecer prioridades e definir estratégias de marketing; (ii) identificar as alterações regulamentares e normativas fundamentais; (iii) implementar mecanismos financeiros adequados para colectar e distribuir de forma mais eficiente as receitas disponíveis, e (iv) projectar uma estratégia de investimento de acordo com os fluxos de receitas e como parte integrante da estratégia de sustentabilidade financeira global de áreas protegidas.

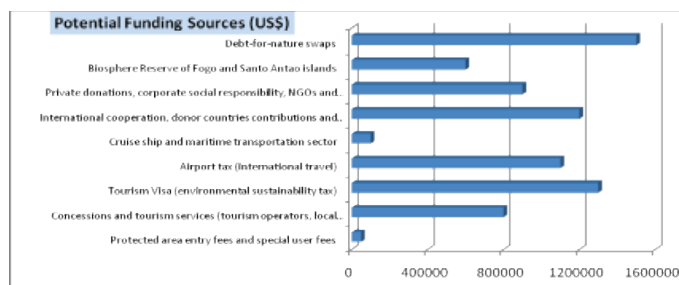


Figura nº 5: As potenciais fontes de financiamento das Áreas Protegidas (valores relativos estimados em dólares).

Análise de défice de financiamento do sistema de áreas protegidas

O período de execução do Plano de Negócios utilizado neste estudo tem vigência de oito (8) anos. Para o primeiro ano de planeamento, o investimento inicial (no período de oito anos) foi calculado com base na extrapolação de dados de apenas duas APs que estão operacionais (Parque Natural de Serra Malagueta e Parque Natural de Monte Gordo), os custos operacionais estimados para o montante de todo sistema é aproximadamente 954.105 dólares (ano 1), aumentando para 3,86 milhões até sexto (6) ano e permanecendo semelhantes posteriormente (ver tabelas 5 e 6). Os custos de investimentos (infra-estruturas, principalmente) no primeiro ano (1) equivalem a cerca de 1.704.669 dólares, aumentando para 3,87 milhões dólares até o sexto ano e diminuindo para 1.167.582 dólares por ano posteriormente.

Os custos totais de gestão do Sistema de AP (custos operacionais + investimentos de infra-estrutura) ascendem a 7,7 milhões dólares no sexto ano (6), diminuindo para 5,0 milhões dólares/ anual a partir de sétimo (7) ano e posteriormente. Com as despesas de coordenação e gestão do sistema a nível central²⁶ (estimado em 25% do custo total da gestão com base na experiência de outros países), chega-se a um custo total estimado para o sistema

²⁵Estes cálculos baseiam-se em dados limitados e são destinados a um exercício de planeamento e previsão. Evidentemente, como os níveis de investimentos em gestão da conservação (no sistema de AP de Cabo Verde) mudam (provavelmente aumentam) e mais dados se tornam disponíveis, então, este modelo de avaliação e previsão pode ser ajustado em conformidade

²⁶Incluindo programas de capacitação e treinamento

inteiro de AP de quase 3,08 no ano 1 e 8.7 milhões dólares no sexto (6) ano - quando os custos de investimentos alcançarem o nível máximo, para depois diminuir em 5,3 milhões dólares no sétimo (7) ano e posteriormente (ver Tabela 10, a seguir).

Atualmente existem duas principais fontes de financiamento para a conservação em Cabo Verde, especificamente o Governo de Cabo Verde (GOCV) e da Cooperação Internacional (principalmente PNUD e GEF). Dado que a contribuição GOCV ao financiamento das APs não poderia ultrapassar (por lei) os 50% do total das necessidades e que a cooperação internacional continuará no futuro previsível a uma taxa de 1,2 milhões dólares anual, o défice de financiamento estimado seria de pelo menos 1,15 milhões dólares por ano, que é a quantidade mínima que deve ser financiada a partir de outras fontes, diferentes das atuais (GOCV e Cooperação Internacional).

Table 10: Projeção dos custos e receitas (todas as potenciais receitas) do Sistema das APs

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Custos do sistema de Gestão das APs	2,662,086	3,666,206	4,693,678	5,697,798	6,725,270	7,729,390	5,020,601	5,020,601
Receitas do Sistema de APs (todas as potenciais receitas)	3,195,000	4,665,000	5,495,000	5,065,000	6,125,000	7,385,000	6,790,000	7,750,000
Excesso/(Déficit) de Financiamento	532,914	998,794	801,322	(632,798)	(600,270)	(344,390)	1,769,399	2,729,399

Análise de potenciais cenários de financiamento

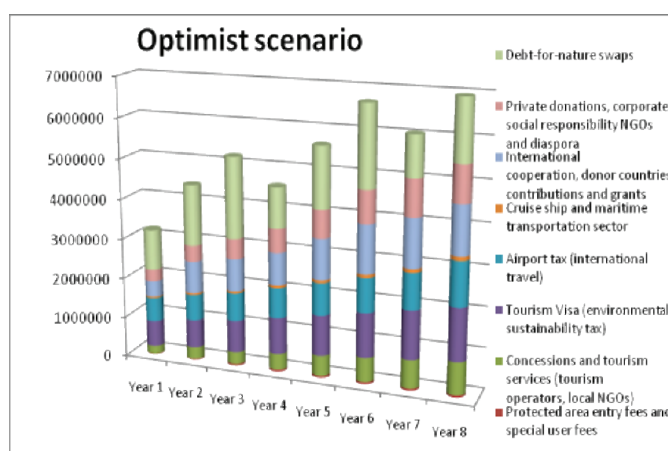
Nesta secção quatro cenários possíveis de financiamento do Sistema de Áreas Protegidas serão analisados e discutidos. Como apresentado na Tabela nº 9 acima, existem actualmente diferentes fontes de financiamento com potenciais vantagens, pontos fortes em termos de viabilidade política e institucional e riscos em termos de sustentabilidade, mas o mais importante é que há potenciais fontes de financiamento que, no presente contexto político, económico e institucional de Cabo Verde, têm muitas ou poucas hipóteses de se tornar realidade.

Os cenários que serão analisados são aqueles que combinam fontes de financiamento das Aps “mais prováveis” de serem obtidas sob as actuais condições internas e externas de Cabo Verde, até àqueles com prováveis fontes de financiamento, mas cuja probabilidade que sejam obtidas é limitada; passando por cenários que incluem uma grande variedade de potenciais fontes de financiamento, com probabilidade limitada de se tornar realidade; e aqueles que apenas o cenário mais optimista poderia prever. Os quatro cenários descritos e analisados nesta secção do estudo vão desde optimista, ao realista, e pessimista aos cenários idealistas (ver Tabela nº 11 e Anexo nº 3).

Cenário OPTIMISTA

Em um cenário optimista, envolvendo vontade política para apoiar acções de conservação (como base para o desenvolvimento do turismo) dentro do país, e a melhoria das perspectivas económicas no exterior, a possibilidade existe certamente de que as potenciais fontes de financiamento (analisadas na secção anterior deste estudo) poderia ser aproveitada para apoiar a gestão das áreas protegidas.

Por isso, é possível imaginar uma combinação de: (1) a Cooperação Internacional contínua de várias fontes, tais como GEF, PNUD, Banco Mundial ou da UE; (2) a implementação de um imposto visto de turismo (turistas de entrada); (3) uma viagem internacional ou taxa de aeroporto para os viajantes de saída (4); a troca de dívida pela conservação da natureza com os credores bilaterais, como a USAID, KFW por exemplo; (5) uma contribuição de passageiros de navios de cruzeiro para a protecção de Áreas Marinhas Protegidas (AMP); (6) colecta ou taxa de entrada dos utilizadores das áreas protegidas (na entrada); (7) a implementação de contratos de concessão com os operadores de turismo, guias turísticos e ONGs que utilizam as áreas protegidas para as atividades relacionadas com o turismo; e (8) doações privadas, empresas, responsabilidade social, ONGs e apoio dos cabo-verdianos residentes no exterior (diáspora).



Usando os valores estimados apresentados na tabela 10 e a combinação destas fontes de receitas, criar-se-ia um cenário de financiamento muito favorável, com valores líquidos positivos acumulados desde o início do período de execução, concretamente de 1,7 milhões de dólares no primeiro ano a 4,2 milhões dólares no oitavo ano (ver a Tabela nº 11).

Em tal cenário, o Sistema de APs como um todo iria gerar um excedente orçamental que poderia ser investido em: (i) conservação adicional e infra-estruturas turísticas associadas às áreas protegidas; (ii) *marketing* e comunicações; e (iii) apoio e ajuste ao desenvolvimento da comunidade.

De todas as fontes de receitas consideradas neste cenário, a mais difícil de ser obtida é provavelmente o “imposto de turismo” (entrada e saída) e as negociações para uma “troca de dívida pela conservação da natureza”.

A aplicação de impostos sobre as entradas de turismo foi experimentada no passado, como uma fonte de “receita” pelo Governo mas falhou. Uma nova tentativa que vincule clara e explicitamente esta taxa à protecção do património natural e cultural do país, como base para o desenvolvimento do turismo e da sustentabilidade, seria provavelmente aceite de forma mais favorável do que foi no passado. “Vender” estes impostos turísticos como investimentos no futuro, como o único caminho para proteger o património e a paisagem natural sobre os quais o país vem apostando o seu desenvolvimento, no futuro, pode ser a chave para uma bem sucedida tentativa de obter a aprovação política visando a fixação deste imposto no país.

A troca da dívida pela conservação da natureza é um problema mais complexo que envolve negociações políticas, financeiras e diplomáticas, dependendo de muitos factores internos e externos, mas, na opinião desta consultoria, será um esforço bastante viável, dada a excelente reputação de Cabo Verde nos círculos políticos e financeiros internacionais. E uma vez mais: (1) a ligação directa “troca de dívida” pela criação de um “Fundo de Áreas Protegidas” (como no caso da Colômbia); (2) a implementação de mecanismos normativos e financeiros adequados para colectar eficientemente e investir as receitas na gestão das áreas protegidas; e (3) a criação de mecanismos institucionais e participativos eficazes para a administração e supervisão do Fundo (Conselho de Administração amplamente representativo) que percorrerá um longo caminho, no sentido de negociar com sucesso e garantir uma importante fonte de financiamento para o Sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde.

Por fim, um fundo de Áreas Protegidas criado como o resultado da troca da dívida pela conservação da natureza poderá ser projectado de tal forma a: (i) melhorar significativamente a sustentabilidade financeira do Sistema de APs ao longo do tempo; (ii) garantir os investimentos prioritários para a conservação das infra-estruturas que serão realizadas de forma eficaz; e (iii) que outras fontes de financiamento e o apoio do Governo sejam apenas necessários para cobrir os custos operacionais de conservação do património natural e cultural do país.

Tabela nº 11: Desenvolvimento de Cálculos de Déficit/Excesso de Financiamento

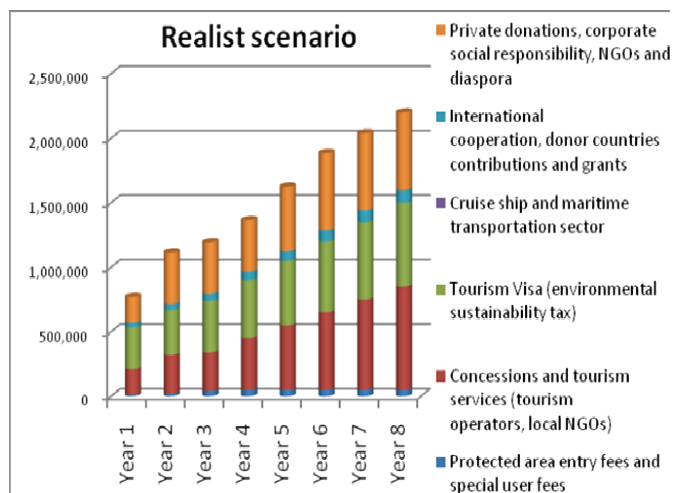
	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Cenário 1: OPTIMISTA	3,195,000	4,415,000	5,195,000	4,565,000	5,625,000	6,685,000	6,040,000	6,950,000
Excesso/(Déficit) de Financiamento	1,739,069	2,401,428	2,623,787	1,436,146	1,938,505	2,440,864	3,282,018	4,192,018
Cenário 2: REALISTA	980,000	1,395,000	1,545,000	1,785,000	2,115,000	2,445,000	2,670,000	2,830,000
Excesso/(Déficit) de Financiamento	-475,931	-618,572	-1,026,213	-1,343,854	-1,571,495	-1,799,136	-87,982	72,018
Cenário 3: PESSIMISTA	533,500	767,000	841,000	987,000	1,175,000	1,363,000	1,497,000	1,610,000
Excesso/(Déficit) de Financiamento	-922,431	-1,246,572	-1,730,213	-2,141,854	-2,511,495	-2,881,136	-1,260,982	-1,147,982
Cenário 4: IDEALISTA	3,295,000	4,865,000	5,795,000	5,415,000	6,575,000	7,935,000	7,440,000	8,550,000
Excesso/(Déficit) de Financiamento	1,839,069	2,851,428	3,223,787	2,286,146	2,888,505	3,690,864	4,682,018	5,792,018

Cenário Excel *** xls ficheiros incluídos separadamente, permitem actualizar tabelas e recalculas os potenciais cenários de financiamento.

O cenário REALISTA

Como mencionado na discussão e análise do cenário anterior (o optimista) há potenciais fontes de financiamento, que são bastante delicadas de serem abordadas dado a complexidade das negociações políticas que envolvem, na actual realidade de Cabo Verde. A fraca vontade política interna e uma perspectiva financeira global sombria, são certamente factores que precisam ser considerados e, assim, determinar a construção de um cenário “realista” (um pouco sem entusiasmo) de financiamento das áreas protegidas. Com base nas potenciais fontes de financiamento disponíveis, este cenário só inclui: (1) doações privadas, contribuições de corporações (como parte do CSR) e apoios da “diáspora” através das artes e festivais de música, artes e feiras

de artesanato, etc; (2) a Cooperação Internacional (já está sendo negociada com GEF-PNUD) e, possivelmente, com outros doadores; (3) um imposto de visto de turismo (para os turistas que chegam), mas não um imposto de saída do aeroporto (o que implicaria viajantes nacionais também); (4) a contribuição dos passageiros dos navios de cruzeiro para as áreas marinhas protegidas (AMPs); (5) uma taxa de entrada e de utilizador de áreas protegidas, localizadas perto de complexos turísticos (Boa Vista, Sal e Maio), utilizadas por um número crescente de turistas; e (6) uma cobrança para concessões de turismo e serviços de guias, envolvendo directamente as áreas protegidas que são directamente mais afetadas por estas atividades ligadas ao turismo.



É muito importante notar que, neste cenário “realista”, as principais fontes de financiamento não estão incluídas e, além disso: (1) as receitas geradas pela taxa de entrada de visto de turismo são 50% do potencial; (2) valores de Cooperação Internacional são 50% da contribuição estimada, potencialmente; e (3) as contribuições de empresas, de ONG, as doações do setor privado e as contribuições da diáspora são reduzidas em 30% sobre a estimativa de potencial para esta fonte de financiamento.

Tabela nº 12: Projecção do cenário realista das receitas e os défices orçamentários/excedente.

Cenário REALISTA	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Receitas geradas	980,000	1,395,000	1,545,000	1,785,000	2,115,000	2,445,000	2,670,000	2,830,000
Excesso/(Déficit) do Financiamento	1,682,086	2,271,206	3,148,678	3,912,798	4,610,270	5,284,390	2,350,601	2,190,601

Neste contexto, este cenário “realista” assemelha-se ao cenário “pessimista”, considerando as actuais condições políticas e financeiras globais, infelizmente, é bastante provável que isso aconteça.

Embora a maioria das potenciais fontes de financiamento incluídas neste cenário, seriam garantidas com relativa facilidade através de difíceis, mas não impossíveis negociações políticas e financeiras, o montante total da receita gerada é, no entanto, consideravelmente reduzido relativamente ao que é exigido pelo sistema de APs. As receitas estimadas neste cenário, geram défices orçamentários não elevados, mas ainda significativos, a partir do primeiro (1) ano até ao sétimo (7) ano e só produzirão um saldo positivo no oitavo (8) ano. (ver tabela nº 12).

Este cenário, mostra claramente que a não inclusão de grandes potenciais fontes de financiamento e do imposto de saída do aeroporto (somente as viagens internacionais), ou algum tipo de mecanismo de troca da dívida pela conservação da natureza, não garantirá a sustentabilidade financeira do Sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde.

Apesar dos défices orçamentais estimados não serem substanciais e poderem ser “cobertos” pelo apoio do Governo (como na situação presente), não deixam de gerar uma “imagem de insustentabilidade” do Sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde, o que em termos políticos representa uma situação desfavorável e difícil, para a conservação e gestão das áreas protegidas no país. Este cenário, mostra também que as taxas de entrada e contribuições de passageiros de navios de cruzeiro, não são fontes muito importantes de financiamento para o sistema de APs, embora a sua colecta, no entanto, represente uma importante afirmação em termos de “presença institucional” em locais e comunidades estratégicas do país, apesar de economicamente falando não ser suficiente, para garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo.

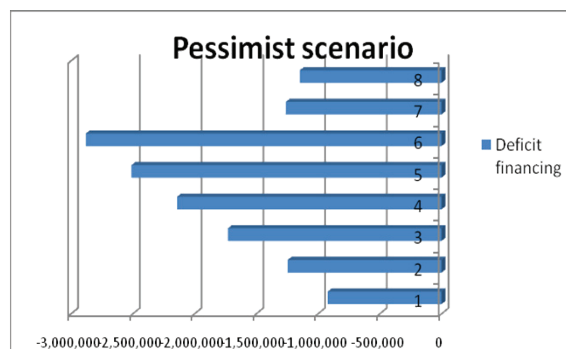
O cenário PESSIMISTA

Este cenário representa o “pior cenário”, uma vez que, reduz as fontes de financiamento relativamente acessíveis para níveis mínimos de capacidade de geração de receitas e exclui muitas das principais fontes de financiamento para a gestão das áreas protegidas, como as taxas de aeroporto e trocas das dívidas. Assim, sendo: (1) taxas de visto de entrada de turismo são implementadas, geram apenas 25 % do potencial de fluxo de receita estimada (ou seja, o colapso global de turismo e/ou partida de grandes operadores de turismo); (2) a Cooperação Internacional continua, mas a sua participação mínima é de 25% da estimativa original; (3) doações do sector privado, das corporações e as da “diáspora” reduzem em 25 % do seu potencial estimado; e apenas (4) as taxas de entrada e de utilizador aplicadas no acesso das áreas protegidas; (5) as concessões para o uso de recursos protegidos; (6) as contribuições dos navios de cruzeiro de passageiros para a conservação marinha geram 80% do seu potencial. A quantidade de défice gerado por este cenário é muito significativo e, provavelmente, difícil ou impossível para o Governo cobrir adequadamente.

Neste pior cenário, mesmo considerando-se a actual turbulência política global, as crises económicas na Europa e nos EUA e as dificuldades financeiras em todo o mundo, é difícil de prever. Cabo Verde, oferece uma opção “*unique and fresh*” para o mercado de turismo global, principalmente se promover o turismo baseado na natureza, que depende mais de infra-estruturas de pequena escala, baseadas na comunidade e tem chances de crescer globalmente em níveis superiores do “turismo convencional”, incluindo o popular “*all inclusive*” pacote turístico.

Neste sentido, tanto o Governo e as corporações de desenvolvimento turístico, criadas para promover e “regular” o desenvolvimento do turismo na Boa Vista, Sal e Maio estão organizando-se na direcção certa: promover infra-estruturas turísticas de pequena escala

e uma mistura de investimentos relacionados com o turismo que são mais resistentes às crises económicas globais e até certo ponto, também aos efeitos locais das mudanças climáticas (aumento do nível do mar, aumento da temperatura e climas mais secos, etc.).



Este tipo de cenário “deprimente” do sistema de financiamento das APs produz défices muito significativos, desde o início do período de negócios considerado (8 anos), atingindo altos níveis insustentáveis de défices de 6,4 milhões de dólares no sexto (6) ano, nivelando 3,4 milhão de dólares no oitavo (8) ano.

Table 13: O cenário PESSIMISTA projeção de receitas e orçamento de deficits/excedente

O cenário PESSIMISTA	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Receitas gerada	533,500	767,000	841,000	987,000	1,175,000	1,363,000	1,497,000	1,610,000
Excesso/(Défice) do Financiamento	-2,128,586	-2,899,206	-3,852,678	-4,710,798	-5,550,270	-6,366,390	-3,523,601	-3,410,601

Sem dúvida, um cenário como esse, não só gera uma crise financeira muito prejudicial para a conservação e protecção dos recursos naturais e culturais de Cabo Verde, mas também deve produzir: (1) uma estratégia financeira baseada em uma maior variedade de fontes de financiamento e de *marketing*; (2) um grande esforço promocional ligando o futuro desenvolvimento para a protecção do património natural e cultural do país; (3) um pedido à Cooperação Internacional “vis-à-vis” para que declare a falência essencial do sistema de APs e sua futura “liquidação”, com a correspondente perda de diversidade biológica e perda de rica herança cultural e histórica do País.

O cenário IDEALISTA

Ao contrário do anteriormente discutido “pior cenário”, este poderia ser chamado de o “melhor cenário”. Este cenário de financiamento de APs reflecte um pouco mais a actual política e “realidade” económica de Cabo Verde, em relação ao seu compromisso com a conservação ambiental e preservação do património cultural do país. Na opinião desta consultoria, o cenário “idealista” tem uma probabilidade muito maior, de se tornar realidade do que o cenário “pessimista” de sempre. No que chamamos neste estudo, o cenário “idealista” para o financiamento das APs, inclui todas as potenciais fontes de receita, além de novas fontes de financiamento decorrente de: (1) a declaração da UNESCO e da proposta a Biosfera visando a a declaração de duas novas Reservas da Biosfera: toda a ilha de

Santo Antão e a ilha do Fogo; **(2)** a implementação de uma “taxa imobiliária” (imposto) sobre as transações em novas moradias e empreendimentos turísticos. Estas duas novas fontes de financiamento de APs seriam adicionadas ao “full” (100%) de capacidade de gerar receitas; **(3)** uma negociação bem-sucedida de “trocas” da dívida pela conservação da natureza; **(4)** a continuação da Cooperação Internacional (incluindo novos doadores); **(5)** as taxas de entrada e de usuários de áreas protegidas; **(6)** contratos de concessão de uso das áreas protegidas para as atividades ligadas ao turismo; **(7)** as doações do sector privado, responsabilidade social corporativa e as contribuições da diáspora; **(8)** taxa de entrada de visto de turismo; **(9)** viagens internacionais e taxas de saída do aeroporto; e **(10)** contribuição dos passageiros dos navios de cruzeiro para a conservação das áreas marinhas protegidas.

Todas as fontes de financiamento produzirão a 100% da sua estimativa, o potencial da capacidade de geração de receitas para a criação de uma situação de financiamento “ótimo” das APs, que produzirão excedentes orçamentais substanciais a partir do ano 1 (633,000 dólares) e com receitas muito significativas no final do período de oito anos, de 3,5 milhões dólares.

Obviamente, este cenário projetaria uma imagem de “bom negócio” para o sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde e seria usado como um modelo e um exemplo de como a “conservação” pode, efetivamente, contribuir para o desenvolvimento económico e social do país. Mesmo que estas estimativas e possibilidades “ideais” pareçam bastante otimistas, mostram claramente o potencial pleno e inquestionável que uma estratégia financeira das APs coerente e decisiva, pode ter sobre o processo de desenvolvimento do País.

Além disso, não só uma estratégia financeira de Aps pode contribuir para o desenvolvimento económico, mas uma estratégia de conservação coerente pode fortalecer a sustentabilidade global do processo de desenvolvimento do País, diversificar sua base produtiva e melhorar a capacidade de resiliência do país aos eventos climáticos, políticos e financeiros fora do controlo deste arquipélago.

Tabela 14: O cenário IDEALISTA projeção de receitas e orçamento de deficits/excedente

O cenário IDEALISTA	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Receitas geradas	3,295,000	4,865,000	5,795,000	5,415,000	6,575,000	7,935,000	7,440,000	8,550,000
Excesso/(Défice) do Financiamento	632,914	1,198,794	1,101,322	-282,798	-150,270	205,610	2,419,399	3,529,399

Este cenário, mesmo quando os fluxos de receitas são ajustados aos impactos das circunstâncias políticas específicas, a inércia burocrática e oportunidades financeiras, prevê um modelo claro da estratégia de financiamento para o sistema de APs de Cabo Verde. Este “modelo” mostra todas as possíveis fontes de financiamento (estimado em 100% da capacidade de geração de receitas), identifica aqueles com maior capacidade de geração de receitas e facilita o desenho de uma estratégia de financiamento que: **(a)** otimiza os esforços em relação às receitas geradas e **(b)** prioriza os esforços para se

prestar um apoio mais sustentável, à conservação, proteção e gestão das APs e se garantir benefícios para o desenvolvimento das comunidades locais.

Plano da Acção/ Negócios

Nesta secção do estudo uma série de recomendações combinam os resultados da análise feita na secção dos cenários de financiamento de APs com acções específicas necessárias, para implementar uma estratégia financeira coerente e eficaz das APs, e os primeiros passos para um plano de negócios ao nível de todo o sistema. As acções recomendadas que foram discutidas, em termos gerais, com as autoridades cabo-verdianas responsáveis das áreas protegidas e do ambiente, mas ainda representam a opinião do consultor deste estudo.

ACÇÃO 1: Divulgar as principais conclusões apresentadas neste estudo como argumentos conceituais e empíricos de que a gestão de áreas protegidas e a conservação são fundamentais para o processo de desenvolvimento do país e sua sustentabilidade ao longo do tempo, bem como para a sua resistência face as mudanças dramáticas e catastróficas no futuro. O recomendado “esforço de comunicação” deverá enfatizar os diferentes cenários descritos neste estudo, como o ponto de partida para um debate aberto sobre a viabilidade política, institucional e financeira das fontes de financiamento identificadas, especialmente aquelas que envolvem negociações políticas e diplomáticas (isto é trocas das dívidas pela conservação da natureza), e os que envolvem os impostos sobre as entradas de turismo e viagens para exterior, que compreensivelmente, acarretam implicações políticas “sensíveis”. O resultado esperado deste esforço de comunicação (incluindo workshops e discussões abertas) deveria ser um cenário ajustado (entre os cenários “idealista” e “realistas”), que foi “testado e verificado” em termos da viabilidade política, institucional e financeira, e está assim pronto para o próximo passo, no sentido da implementação.

ACÇÃO 2: Criar (e implementar) uma Autoridade Autónoma das Áreas Protegidas (AAAP), responsável por todos os assuntos relacionados com a conservação da biodiversidade e gestão²⁷ das áreas protegidas. Esta entidade deve ser uma organização simplificada, altamente sofisticada em termos de marketing e habilidades de comunicação e deve ter administração autónoma, a fim de otimizar a arrecadação de receitas e “estratégias de reinvestimento” fundamentais para o sucesso da sustentabilidade financeira das APs ou plano de negócios das APs. A equipa técnica responsável pelo *marketing* e comunicação devem ter experiência prática em *marketing* e desenvolvimento de negócios e adquirir habilidades de gestão de conservação no trabalho.

O pessoal da gestão das APs devem fornecer dados sobre a conservação da biodiversidade para a construção de uma estratégia de *marketing* e comunicação sólida e eficaz para a nova AAAP. E finalmente, a equipa da AAAP deve incluir as habilidades políticas e planeamento estratégico para: **(i)** desenvolver alianças

²⁷Esta acção está já, em grande medida “nos livros” como uma condição prévia para a próxima ronda de negociações de financiamento do GEF ao programa de Áreas Protegidas de Cabo Verde (2013).

eficazes dentro da estrutura do governo e cultivar parcerias com o sector privado; **(ii)** promover a imagem institucional assente no pressuposto de que o Sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde é essencial para o esforço de desenvolvimento do país e fundamental para a sua sustentabilidade e resistência a longo prazo.

ACÇÃO 3: Apoiar firmemente e coordenar os esforços (melhor se a AAAP poder tomar a iniciativa) para ter as ilhas do Fogo e de Santo Antão declaradas “Reservas da Biosfera” pela UNESCO. Isto acrescentaria dois elementos fundamentais para a “imagem” de Cabo Verde como um país seriamente dedicado à conservação ambiental e apostando seu futuro em: **(i)** o turismo baseado na natureza; **(ii)** a valorização das paisagens naturais e artificiais de singularidade e beleza única; e **(iii)** a valorização da cultura e da história associada para “adaptar” aos ambientes e climas extremos.

ACÇÃO 4: Desenvolver alianças estratégicas no sector público (incluindo os poderes executivo e legislativo), mas também com as entidades regionais e dos governos locais onde as APs estão localizadas e onde a conservação “acção” deve ser apoiada amplamente pelas comunidades e associações locais. Alianças do sector público (entre os ministérios, banco central, etc) são absolutamente essenciais para implementar algumas das potenciais e importantes fontes de financiamento para as APs em Cabo Verde, tais como as trocas das dívidas pela conservação da natureza e os diferentes “impostos de sustentabilidade” sobre o desenvolvimento turístico e habitacional.

ACÇÃO 5: Desenvolver parcerias estratégicas com o sector privado (ou seja, o turismo, o comércio), não apenas para atrair a responsabilidade social corporativa e as doações correspondentes para acções de conservação, mas também, e principalmente, para promover e vender a marca “made in Cabo Verde”, por meio de estratégias de *marketing* adequadas, associada aos recursos turísticos, atracções e serviços relacionados, que serão: **(i)** desenvolvidos e utilizados de forma sustentável; **(ii)** geridos e protegidos pelas comunidades locais, sempre que possível; **(iii)** oferecidos numa grande variedade de “produtos turísticos” que vão desde os convencionais resorts “all inclusive” às mais recentes oportunidades de praticar desportos radicais (ou seja, escaladas nas encostas vulcânicas) e se envolver numa ampla diversidade de atividades de aventuras turísticas.

ACÇÃO 6: Em coordenação com os Planos Estratégicos Nacionais do MAHOT e com a DGA, organizar uma nova Autoridade Autónoma de Áreas Protegidas (AAAP), em três unidades interdependentes: **(a)** o planeamento estratégico e de investimentos; **(b)** *marketing* e comunicação; e **(c)** relações comunitárias, alianças estratégicas e desenvolvimento de parcerias. As operações do dia-a-dia e acções de conservação (para gerir as áreas protegidas), teriam uma função delegativa e descentralizada dos gabinetes regionais com base nas ilhas (Boa Vista, Sal, São Vicente e Fogo). Quando as Reservas da Biosfera a nível de toda ilha (Fogo e Santo Antão) fossem declaradas seriam estabelecidos, dois

“gabinetes de gestão da RB” especiais. E, finalmente, a equipa da AAAP responsável pela articulação e relações políticas (com poderes legislativo e executivo) deveria concentrar-se nos seguintes aspectos: **(a)** aprovação de novas taxas de imposto (visto de turismo e taxa de viagem internacional aeroportuária); **(b)** a negociação de acordos da cooperação internacional envolvendo doadores tradicionais (GEF, PNUD) e, principalmente, os novos doadores, como a UE, agências bilaterais na Europa, ONGs internacionais e bancos de desenvolvimento (Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento); e **(c)** as negociações entre os ministérios das Finanças e o das Relações Exteriores, o Banco Central de Cabo Verde, visando a “troca da dívida pela conservação da natureza” e o mecanismo de financiamento correspondente (Fundo de Áreas Protegidas).

Proposta de Organograma simplificado e possível para a AAAP.



ACÇÃO 7: Desenvolver uma aliança estratégica com o sector do turismo (tanto a nível público como privado), a fim de: **(i)** coordenar estreitamente as estratégias de marketing e comunicação; **(ii)** implementar acordos de parceria e patrocínio para apoiar as acções de conservação (incluindo “geminções” entre os APs das diferentes regiões); e **(iii)** ligar estreitamente o desenvolvimento e promoção da imagem do país e “marca” com a conservação e gestão sustentável do seu património²⁸ natural e cultural.

ACÇÃO 8: Desenvolver alianças estratégicas com ONGs internacionais (Conservation International, Fauna e Flora International, Wildlife Conservation Society, The Nature Conservancy, Audubon Society, WWF, Greenpeace International, etc) para obter uma assistência planificada e operacional, com as tecnologias de ponta e recursos técnicos e financeiros importantes para: **(i)** o planeamento da área protegida (isto é, reservas da Biosfera, áreas marinhas protegidas); **(ii)** a capacitação e desenvolvimento do pessoal; **(iii)** a capacitação, fortalecimento institucional e de rede; e **(iv)** apoio político, técnico e institucional para novos acordos financeiros, tais como a troca da dívida pela conservação da natureza, com entidades de credores, a cooperação técnica não reembolsável com agências doadoras, entre outros.

ACÇÃO 9: Desenvolver parcerias estratégicas

²⁸A Costa Rica alcançou um reconhecimento mundial de sucesso como um país sustentável e “verde”, graças à projeção de uma imagem única de conservação da natureza, atividades do ecoturismo e das Áreas Protegidas, como um “leitmotiv” da sua estratégia de desenvolvimento.

(com AAAP de um lado e o sector privado, do outro) entre as empresas do sector privado e as corporações para: **(a)** conjuntamente projectar e “orientar” acções de responsabilidade social corporativa (RSC), direccionadas à conservação e actividades de gestão das APs; e **(b)** “patrocinar”²⁹ as APs específicas (com o apoio financeiro correspondente), como parte da estratégia de desenvolvimento da imagem “sustentável” ou “verde” da empresa.

ACÇÃO 10: Coordenar (na forma de uma estreita parceria) com o ministério do Turismo, a Sociedade de Desenvolvimento Turístico (Boa Vista - Maio) e das agências de viagens local, uma estratégia de *marketing* baseada nas APs, para promover actividades turísticas de “nicho”, tais como desportos radicais, geo-turismo, caminhadas de montanhismo e alpinismo, mergulho e desportos subaquáticos, férias culturais com hospedagem nas comunidades locais.

ACÇÃO 11: Coordenar com os ministérios das Finanças e do Planeamento e o ministério das Relações Exteriores, uma estratégia para apoiar as negociações com as instituições credoras para eventualmente, se chegar a um acordo de “troca de dívidas” para a conservação e gestão da área protegida. Estas negociações devem originar a criação de um “Fundo de Áreas Protegidas” e a concepção e implementação de mecanismos de financiamento para apoiar as acções de conservação a nível local.

Os fundos das Áreas Protegidas são mecanismos financeiros que têm na última década demonstrados a sua eficácia no apoio à gestão da conservação na América do Sul e Central. Existem dois modelos e conhecimentos disponíveis para projectar e ajudar nas negociações e implementações de tais mecanismos. The Nature Conservancy (www.nature.org), a Conservação Internacional (www.conservation.org), bem como www.ecoadvisors.org, têm estado a apoiar países com a vontade política e localizados em *Hotspots* de biodiversidade, no desenvolvimento destes mecanismos financeiros.

Análise Financeira

Ano	Cashflow	Cashflow actualizado a 10%	Cashflow acumulado
0	-9.196.253,00	-9.196.253,00	-9.196.253,00
1	1.970.395,00	1.791.268,18	-7.404.984,82
2	2.878.092,00	2.378.588,43	-5.026.396,39
3	3.145.789,00	2.363.477,83	-2.662.918,56
4	2.235.947,00	1.527.181,89	-1.135.736,67
5	2.866.105,00	1.779.625,71	643.889,04
6	2.636.578,00	1.488.279,54	2.132.168,58
7	2.141.578,00	1.098.968,14	3.231.136,72
8	3.251.578,00	1.516.885,13	4.748.021,85

VAL	4.748.021,85
TIR	23,25
Pay Back	5 anos, 7 meses e 19 dias
B/C	2,29

Tendo em consideração os resultados económicos e financeiros obtidos, conclui-se que:

1. O Valor Actual Líquido (VAL) é positivo (4.748.021,85 Dólares Americanos), o que significa que o Sistema de Áreas Protegidas de Cabo Verde é viável;
2. A TIR (Taxa Interna de Rentabilidade) é de 23,25%, valor que é superior ao custo de oportunidade na aplicação alternativa (10%), justificando-se por isso os investimentos;
3. O *Pay back* (período de recuperação do Investimento) de 5 anos, 7 meses e 19 dias, momento em que se começa a obter o retorno do Investimento, dispensando, a partir dessa altura, a injeção financeira do Estado.
4. A relação Benefício-Custo é superior a unidade, 2,29, para cada unidade monetária investida, recupera-se essa unidade e um acréscimo de 1.29 unidades monetárias.

Tendo em conta que os Parques Naturais de Serra Malagueta, Monte Gordo, Fogo e Cova/Ribeira Paul e Ribeira Torre possuem infra-estruturas instaladas e funcionais, não foram considerados, para efeitos de cálculo, os seus custos de investimentos com infra-estruturas, mas apenas os custos operacionais. Igualmente, a componente marinha das áreas protegidas não foi considerada nos cálculos de investimentos em infra-estruturas, porquanto os custos associados as componentes terrestres suportam também a parte marinha.

Por outro lado, na presente análise, considerou-se apenas o cenário “idealista”, visto que, ao contrário dos outros cenários, este poderia ser chamado de o “melhor cenário”. Este cenário de financiamento de APs reflecte um pouco mais a actual política e “realidade” económica de Cabo Verde, em relação ao seu compromisso com a conservação ambiental e preservação do património cultural do país. Com efeito, o cenário “idealista” tem uma probabilidade muito maior de se tornar realidade do que os demais cenários.

Conclusões/recomendações

O conjunto das 11 Ações, constantes do Plano de Acção, não é definitiva, nem exaustiva e nem completa. Muito mais discussões a nível local (e trabalho de equipas), serão necessárias para desenvolver uma lista mais completa das ações (e priorizá-las em conformidade), que irão formar o esqueleto de um Plano de Negócios do Sistema das Áreas Protegidas. Em relação a este último, é necessário muito mais informações para validar e atualizar os dados utilizados no desenvolvimento dos custos, receitas e dos cenários deste estudo e gerar uma ferramenta de planeamento financeiro específico das APs.

Com base no trabalho de campo e a discussão em Cabo Verde, com os atores relevantes a nível nacional e local, tornou-se evidente, entretanto, que o Sistema Nacional de Áreas Protegidas do País tem uma boa chance de ser financeiramente viável e sustentável. Os elementos estratégicos que suportam esta conclusão são:

- (1) O sistema de AP é composto por uma grande variedade, bem como por um grande número de APs, que

²⁹Patrocínio também podia tornar -se uma forma de “adoção” ou “geminção”, onde os recursos privados apoiam de forma sustentável, ao longo prazo, a gestão e conservação das Áreas Protegidas.

o tornará mais flexível para se adaptar às condições e contextos locais e mais resistente a eventuais mudanças climáticas, cultural e socio-económico;

(2) Os custos de gestão e de investimento em função de: (a) nível de utilização; (b) ameaças à conservação; (c) infra-estruturas de acesso e gestão são bastante razoáveis (custos de gestão são estimados em 4,1 milhões de dólares em todo o sistema) e de todas as APs, apenas 16 % necessitam de atenção e investimentos imediatos, enquanto que cerca de metade de todas as APs estão sujeitas apenas a níveis moderados de uso e ameaças à conservação e, conseqüentemente, necessitam de níveis moderados de despesas para a conservação.

(3) Na última década, a estabilidade política provou ser muito favorável à conservação da biodiversidade em Cabo Verde que rapidamente passou a igualar ao resto do mundo em termos de criação de APs, que permitiu cobrir uma ampla diversidade de biomas e espécies endémicas. Isto porque o país assinou todos os tratados e acordos relevantes e participou activamente em muitos fóruns globais sobre a conservação e áreas protegidas. Levar a vontade política demonstrada para a próxima etapa (impostos de turismo pela conservação, impostos de desenvolvimento de habitação para a sustentabilidade, trocas da dívida pela natureza, etc.) não é apenas algo acertado, mas bastante provável.

(4) Se a Autoridade Autónoma proposta para a gestão das Áreas Protegidas for aprovada e implementada, é possível que a conservação da biodiversidade e a gestão das áreas protegidas, venham a receber um impulso significativo e altamente beneficiado. Com tal entidade operacionalizada e funcionando o sistema de AP, este irá, gradualmente, tornar-se a base de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo baseado na natureza e o elemento chave para se criar várias atividades de desenvolvimento económico (ou seja, o turismo convencional) sustentáveis ao longo do tempo.

(5) Este estudo identificou claramente uma grande variedade de potenciais fontes de financiamento para a gestão de áreas protegidas, algumas dessas fontes têm capacidade de gerar receita significativa, outras requerem negociações políticas complicadas e acordos financeiros, algumas parecem ser “irrelevantes” em termos de geração potencial de receitas e não são muito rentáveis, como resultado, enquanto outras (impostos e um fundo da área protegida), embora politicamente sensíveis, são uma fonte de sustentabilidade financeira “sine qua non” para o Sistema das Áreas Protegidas de Cabo Verde.

(6) A análise dos cenários de financiamento diferentes, com base em custos de gestão estimados e as potenciais receitas geradas, demonstraram claramente que focalizar em algumas das principais fontes de financiamento tornaria facilmente o sistema APs viável e sustentável ao longo do tempo. Uma abordagem estratégica focalizada na obtenção de recursos financeiros através de uma variedade combinadas de fontes de financiamento, com uma sofisticada e eficaz comunicação e estratégia de *marketing*, ligando o

desenvolvimento socioeconómico com a conservação do património natural e cultural do país, parece mais do que provável para suceder a conservação e gestão sustentável da diversidade biológica de Cabo Verde, preservando sua paisagem e beleza pitoresca e protegendo o seu património cultural e histórico.

(7) O próximo passo envolve a criação e implementação da Autoridade Autónoma das Áreas Protegidas e representa um passo na direcção certa, porque: (i) estabelece uma autoridade para coordenar as ações de conservação no planeamento estratégico, a nível político e de financiamento; (ii) descentraliza acções de conservação a nível local e, até certo ponto, delega as atividades específicas de conservação às associações e comunidades locais; e (iii) constrói parcerias e alianças com os sectores público e privado, para desenvolver uma “marca” e “imagem do país” com base na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do património cultural do país.

(8) Face aos principais indicadores de resultado económico e financeiro apresentados e, considerando, sobretudo, o principal objectivo reservado à Estratégia e Plano Nacional de Negócios que é a de analisar a sustentabilidade do sistema nacional de áreas protegidas, do ponto de vista financeiro, social e ambiental, recomenda-se ao Governo e aos parceiros locais, nacionais e estrangeiros a se engajarem no apoio à criação de condições necessárias à concretização dos pressupostos/premissas que estiveram na base dessa estratégia e plano de acção, em prol do desenvolvimento socio-económico, cultural e ambiental do país.

Referências

1. Guidelines for the Preparation of Protected Areas Business Plan. The NATREG Project, South East Europe Transnational Cooperation Programme, Slovenia, 2010, www.southeast-europe.net.
2. Creating a Protected Area Business Plan: Overview of the process and components recommended by the Global Conservation Fund; Conservation Finance Alliance, 2008. www.conservationfinance.org
3. Global Conservation Finance Kit, 2008
4. Business Planning for Protected Areas Guidelines, Conservation Finance Guide, 2003. www.conservationfinance.org.
5. Spergel, B. Raising Revenues for Protected Areas: A menu of options, 2001 (including steps for setting up “conservation trust funds”).
6. Phillips, A.: Financing Protected Areas, Guidelines for Protected Area Managers, 2000. Eagles, Paul, et al., Sustainable Tourism in Protected Areas; Guidelines for Planning and Management, IUCN-UNEP, Best Practice Protected Area Guidelines Series No.8.
7. Towards Effective Protected Areas Systems: An Action Guide to Implement the Convention on Biological Diversity - Programme of Work on Protected Areas.
8. The Nature Conservancy web-based training program; [//elearn.tnc.org/sustainable-finance](http://elearn.tnc.org/sustainable-finance).

ANNEX 1: Cost Calculation for PA Management and Investment and Priority

Protection priority and level of management costs	Number of PAs	Land and Sea Area under Mgt (Ha)	% of total PA Estate	Operational Cost/ Ha (US\$)	Total Operational Cost (US\$)	Investment Cost/ Ha (US\$)	Total Investment Costs (US\$)	Administrative Costs (25%) US\$	Total Management Costs (US\$)
High priority/High Mgt Cost	12	27170	23.2	80.98	2200227	224.41	6097220	2,074,362	10,371,808
Moderate Mgt Cost	13	59439.74	50.8	26.51	1,575,748	114.36	6,797,529	2,093,319	10,466,595
Low priority/Low Mgt Cost	22	30,447	26.0	9.00	275,127	57.00	1,735,456	502,646	2,513,229
TOTALS	47	117056	100.0		4,051,101		14,630,205	4,670,326	23,351,632

Management and Investment Costs by AP Priority and Ha

Custo de Gestao por Categoria de AP			Custo de Investimento por Categoria de AP		
Prioridad de Gestao	Cor e pontos	US\$/Ha	Prioridad de Gestao	Cor e pontos	US\$/Ha
High priority/High Mgt Cost	Points 15-18	80.98	High priority/High Mgt Cost	Points 15-18	224.41
ModerateMgtCost	Points 11-14	26.51	ModerateMgtCost	Points 11-14	114.36
Low priority/Low Mgt Cost	Points 7-10	9.00	Low priority/Low Mgt Cost	Points 7-10	57.00

ANNEX 2: Management and Investment Calculations for Monte Gordo and Serra Malagueta NP

CALCULO DE CUSTOS DE GESTAO E INVESTIMENTO AREAS PROTEGIDAS							
Monte Gordo e Serra Malagueta 2011							
OrcamentoMensal Monte Gordo		CustoMensalGestao AP	Custo Anual	OrcamentoMensal Serra Malagueta		CustoMensalGestao AP	Custo Anual
Funcionamento mensal	ECV	US\$*000	US\$	Funcionamento mensal	ECV	US\$*000	US\$
	352285	4276.74	51320.88		464746	38282.21	67704.20
	52843	641.51	7698.17		69712	5742.34	10155.64
	41307	501.47	6017.60		88000	7248.76	12819.84
	8500	103.19	1238.28		44606	3674.30	6498.20
Total Funcionamento	454935	5522.91	66274.93	Total Funcionamento	667064	54947.61	97177.88
Area (Ha)	2500			Area (Ha)	1200		
Custo Unitario Funcionamento	182	2.21	26.51	Custo Unitario Funcionamento	556	45.79	80.98
Investimento Mensal	1962460	23824.26	285891.17	Investimento Mensal	1848490	152264	269288.02
Area (Ha)	2500			Area (Ha)	1200		
Investimento unitario	785	9.53	114.36	Investimento unitario	1540	127	224.41
		CVE	US\$				
		1000	12.14				

ANNEX 3: Scenarios and projected deficit/surplus financing tables

OPTIMIST SCENARIO

Scenario 1 (The Optimist)	Protected area entry fees and special user fees	Concessions and tourism services (tourism operators, local NGOs)	Tourism Visa (environmental sustainability tax)	Airport tax (international travel)	Cruise ship and maritime transportation sector	International cooperation, donor countries contributions and grants	Private donations, corporate social responsibility NGOs and diaspora	Debt-for-nature swaps	TOTAL
% of Optimist Value	@100%	@100%	@100%	@100%	@100%	@100%	@100%	@100%	
Year 1	10,000	200,000	650,000	600,000	35,000	400,000	300,000	1,000,000	3,195,000
Year 2	20,000	300,000	700,000	650,000	45,000	800,000	400,000	1,500,000	4,415,000
Year 3	40,000	300,000	800,000	700,000	55,000	800,000	500,000	2,000,000	5,195,000
Year 4	50,000	400,000	900,000	750,000	65,000	800,000	600,000	1,000,000	4,565,000
Year 5	50,000	500,000	1,000,000	800,000	75,000	1,000,000	700,000	1,500,000	5,625,000
Year 6	50,000	600,000	1,100,000	850,000	85,000	1,200,000	800,000	2,000,000	6,685,000
Year 7	50,000	700,000	1,200,000	900,000	90,000	1,200,000	900,000	1,000,000	6,040,000
Year 8	50,000	800,000	1,300,000	1,100,000	100,000	1,200,000	900,000	1,500,000	6,950,000

REALIST SCENARIO

Scenario 2 (The Realist)	Protected area entry fees and special user fees	Concessions and tourism services (tourism operators, local NGOs)	Tourism Visa (environmental sustainability tax)	Airport tax (international travel)	Cruise ship and maritime transportation sector	International cooperation, donor countries contributions and grants	Private donations, corporate social responsibility, NGOs and diaspora	Debt-for-nature swaps	TOTAL
% of Optimist Value	@100%	@100%	@50%	@0%	@100%	@50%	@70%	@0%	
Year 1	10,000	200,000	325,000	0	35,000	200,000	210,000	0	980,000
Year 2	20,000	300,000	350,000	0	45,000	400,000	280,000	0	1,395,000
Year 3	40,000	300,000	400,000	0	55,000	400,000	350,000	0	1,545,000
Year 4	50,000	400,000	450,000	0	65,000	400,000	420,000	0	1,785,000
Year 5	50,000	500,000	500,000	0	75,000	500,000	490,000	0	2,115,000
Year 6	50,000	600,000	550,000	0	85,000	600,000	560,000	0	2,445,000
Year 7	50,000	700,000	600,000	0	90,000	600,000	630,000	0	2,670,000
Year 8	50,000	800,000	650,000	0	100,000	600,000	630,000	0	2,830,000

PESSIMIST SCENARIO

Scenario 3 (The Pessimist)	Protected area entry fees and special user fees	Concessions and tourism services (tourism operators, local NGOs)	Tourism Visa (environmental sustainability tax)	Airport tax (international travel)	Cruise ship and maritime transportation sector	International cooperation, donor countries contributions and grants	Private donations, corporate social responsibility NGOs and diaspora	Debt-for-nature swaps	TOTAL
% of Optimist Value	@80%	@80%	@25%	@0%	@80%	@25%	@25%	@0%	
Year 1	8,000	160,000	162,500	0	28,000	100,000	75,000	0	533,500
Year 2	16,000	240,000	175,000	0	36,000	200,000	100,000	0	767,000
Year 3	32,000	240,000	200,000	0	44,000	200,000	125,000	0	841,000
Year 4	40,000	320,000	225,000	0	52,000	200,000	150,000	0	987,000
Year 5	40,000	400,000	250,000	0	60,000	250,000	175,000	0	1,175,000
Year 6	40,000	480,000	275,000	0	68,000	300,000	200,000	0	1,363,000
Year 7	40,000	560,000	300,000	0	72,000	300,000	225,000	0	1,497,000
Year 8	40,000	640,000	325,000	0	80,000	300,000	225,000	0	1,610,000

IDEALIST SCENARIO

Scenario 4 (The Idealist)	Protected area entry fees and special user fees	Concessions and tourism services (tourism operators, local NGOs)	Tourism Visa (environmental sustainability tax)	Airport tax (international travel)	Cruise ship and maritime transportation sector	International cooperation, donor countries contributions and grants	Privatizations, corporate social responsibility NGOs and diaspora	Debt-for-nature swaps	Biosphere Reserve of Fogo and Santo Antão islands	Real estate "sustainability" tax (transactions tax)
% of Optimist Value	@100%	@100%	@100%	@100%	@100%	@100%	@100%	@100%	@100%	@100%
Year 1	10,000	200,000	650,000	600,000	35,000	400,000	300,000	1,000,000	0	100,000
Year 2	20,000	300,000	700,000	650,000	45,000	800,000	400,000	1,500,000	250,000	200,000
Year 3	40,000	300,000	800,000	700,000	55,000	800,000	500,000	2,000,000	300,000	300,000
Year 4	50,000	400,000	900,000	750,000	65,000	800,000	600,000	1,000,000	500,000	350,000
Year 5	50,000	500,000	1,000,000	800,000	75,000	1,000,000	700,000	1,500,000	500,000	450,000
Year 6	50,000	600,000	1,100,000	850,000	85,000	1,200,000	800,000	2,000,000	700,000	550,000
Year 7	50,000	700,000	1,200,000	900,000	90,000	1,200,000	900,000	1,000,000	750,000	650,000
Year 8	50,000	800,000	1,300,000	1,100,000	100,000	1,200,000	900,000	1,500,000	800,000	800,000

Annex 4: Functional Areas and Programs in Protected Area Management

Functional Areas and Programs (UNDP Financial Scorecard)

Resource Management and Protection Patrolling and Enforcement Scientific Monitoring and Research Forest Management and Habitat Restoration Cultural Resource Management Zoning and Boundaries	39%
Tourism and Recreation Visitor safety and Protection Entrance Fee Collection Visitor Education and Interpretation Concessions and Recreation Special Uses	8%
Management and Administration General Management and Administration Financial Management and Administration Partnership incl. Government, Private Sector and NGO Relations	17%
Marketing and Communications Community Development and Outreach Formal Environmental Education Public Outreach and Communications Stakeholder Engagement	9%
Sustainable Livelihoods, Good Practices and Training Facility Operations and Maintenance Buildings, Grounds, Utilities, Roads Trails and tourist sites and facilities Docking Facilities and ports Moorings, Buoys and Navigation Markers	13%
Transportation and Management Fleet (Terrestrial vehicles and boats) Capital Investments	14%

Source: UNDP financial scorecard, program areas, (2009) and Hammond et al (2011)

ANNEX 5: PA system divided into 3 groups according to management costs and priority of intervention

Island	Designation	PA / MPA name	Land surface (ha) - PAs and MPAs	Seascape (ha) - MPAs	TOTAL (ha)	Level of Use (*)	Threats to conservation (**)	Access & Mgt Infra-structure (***)	Protection Costs/ Intervention Priority
Ilha de Boavista	Protected Landscape	Monte Caçador e Pico Forcado	3 365.02		3 365.02	Low	Low	Negligible	8
	Integrated Natural Reserve	Ilhéu de Baluarte	7.65		7.65	Low	Low	Negligible	8
	Integrated Natural Reserve	Ilhéu dos Passaros	0.68		0.68	Moderate	Low	Negligible	10
	Integrated Natural Reserve	Ilhéu de Curral Velho	0.51		0.51	Low	Low	Negligible	8
	Natural Reserve	Ponta do Sol	456.79		456.79	Intense	High	Adequate	16
	Natural Reserve	Boa Esperança	3 130.29		3 130.29	Intense	High	Adequate	16
	Natural Reserve	Morro de Areia	2 100.24		2 100.24	Moderate	High	Adequate	14
	Natural Reserve	Tartaruga	1 766.42		1 766.42	Low	High	Adequate	12
	Natural Park	PN do Norte	8 964.64	7 524.45	16 489.09	Moderate	Moderate	Modest	12
	Natural Monument	Ilhéu de Sal-Rei	89.98		89.98	Intense	High	Adequate	16
	Natural Monument	Monte Santo António	457.91		457.91	Low	Low	Modest	7
	Natural Monument	Monte Estancia	763.30		763.30	Low	Low	Modest	7
	Protected Landscape	Curral Velho	1 636.87		1 636.87	Moderate	High	Modest	15
	Natural Monument	Rocha Estancia	253.44		253.44	Low	Low	Negligible	8

Ilha de Maio	Natural Reserve	Casas Velhas	137.95		137.95	Moderate	Moderate	Modest	12
	Natural Reserve	Terras Salgadas	1 980.40	3 868.47	5 849.87	Low	Low	Negligible	8
	Natural Reserve	LagoaCimidor	50.63		50.63	Low	Low	Negligible	8
	Natural Reserve	Praia do Morro	21.85		21.85	Low	Low	Negligible	8
	Natural Park	Barreiro e Figueira	1 079.00		1 079.00	Low	Low	Negligible	8
	ProtectedLandscape	Salinas de Porto Inglés	337.00		337.00	Moderate	Moderate	Modest	12
	ProtectedLandscape	Monte Penoso e Monte Branco	1 117.80		1 117.80	Low	Low	Negligible	8
	ProtectedLandscape	Monte Santo António	881.73		881.73	Low	Low	Negligible	8
Ilha de Santa Luzia	Integrated Natural Reserve	Santa Luzia	3 500.00		3 500.00	Moderate	Moderate	Modest	12
Ilha de Santiago	Natural Park	Serra Malagueta	1,200.00		1,200.00	Intense	High	Adequate	16
	Natural Park	Serra do Pico de Antónia	N.A		N.A	Moderate	Moderate	Modest	12
Ilha de Santo Antão	Natural Park	Morroços	671.00		671.00	Moderate	Moderate	Modest	12
	Protected Landscape	Pombas	N.A		N.A	Low	Low	Negligible	8
	Natural Park	Topo da Coroa	3 500.00		3500.00	Low	Low	Negligible	8
	Natural Park	Cova – Paul - Rª Torre	3 217.00		3 217.00	Moderate	Low	Modest	9
Ilha de São Nicolau	Natural Reserve	Cruzinha	1 117.80		1 117.80	Low	Low	Negligible	8
	Natural Reserve	Monte do Alto das Cabaças	N.A		N.A	Low	Low	Negligible	8
	Natural Park	Monte Gordo	2,500.00		2,500.00	Moderate	Moderate	Modest	12
Ilha do Fogo	Natural Park	Monte Verde	800.00		800.00	Moderate	Moderate	Modest	12
	Natural Park	Chã das Caldeiras	8 468.51		8 468.51	Intense	Moderate	Adequate	13
Ilha do Sal	Protected Landscape	Salinas Pedra Lume e Cagaral	806.96		806.96	Moderate	Moderate	Modest	12
	Natural Reserve	Costa da Fragata	351.68		351.68	Intense	High	Adequate	16
	Natural Reserve	Ponta do Sinó	89.28		89.28	Intense	High	Adequate	16
	Natural Reserve	Rabo de Junco	151.21		151.21	Intense	High	Adequate	16
	Natural Reserve	Serra Negra	335.90		335.90	Intense	High	Adequate	16
	Natural Monument	Morrinho do Açúcar	5.87		5.87	Low	Low	Negligible	8
	Natural Monument	Morrinho do Filho	13.00		13.00	Low	Low	Negligible	8
	Protected Landscape	Monte Grande	1 320.76		1 320.76	Low	Low	Negligible	8
	Protected Landscape	Salinas de Santa Maria	78.44		78.44	Intense	High	Adequate	16
	Natural Reserve	MarinhaBaía da Murdeira		2 066.63	2 066.63	Intense	High	Adequate	16
	Protected Landscape	Buracona-Ragona	518.71		518.71	Moderate	Moderate	Modest	12
Ilhéus	Integrated Natural Reserve	Ilhéus de Branco e Raso	1 000.00		1 000.00	Low	Low	Negligible	8
	Integrated Natural Reserve	Ilhéu do Rombo	450.00		450.00	Low	Low	Negligible	8



I SÉRIE
**BOLETIM
OFICIAL**

Registo legal, n.º 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do Boletim Oficial devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei n.º 8/2011, de 31 de Janeiro.